

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

JESSICA DA CRUZ NOLETO
RENNAN ALBERTO DOS SANTOS BARROSO



**A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA
NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE
TRABALHO**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Jessica da Cruz Noletto
Rennan Alberto dos Santos Barroso

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2024 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Diagramação e capa

Worges Editoração

Revisão de texto

Autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB
8/9166

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)



F979

A função social da escola na inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho / Jessica da Cruz Noleto, Rennan Alberto dos Santos Barroso - Belém: RFB, 2024.

Livro em pdf.
86p.

ISBN 978-65-5889-739-2
DOI 10.46898/rfb.e1cb06bc-6aec-4c7d-bf3b-8ee9f9ac3bdf

1. Escola. 2. Inclusão. I. Noleto, Jessica da Cruz. II. Barroso, Rennan Alberto dos Santos. III. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	6
APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO 2	10
ASPECTOS HISTÓRICOS ENTRE SOCIEDADE E DEFICIÊNCIA	10
2.1 Condição de deficiência: terminologia	14
2.2 Acessibilidade	16
CAPÍTULO 3	21
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	21
3.1 Trajetória da Educação Especial a Educação Inclusiva	25
3.2 Princípios da Educação Inclusiva	28
CAPÍTULO 4	37
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	37
4.1 Educação Inclusiva e Adequações Curriculares	41
4.2 Atendimento Educacional Especializado- AEE	45
CAPÍTULO 5	48
A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	48
5.1 Lei de Cotas- Lei 8.213/91	51
5.2 As dificuldades na contratação da Pessoa com Deficiência	53
CAPÍTULO 6	56
METODOLOGIA	56
6.1 Delineamento da pesquisa	57
6.2 Apresentação do campo de pesquisa	60
CAPÍTULO 7	62
A APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	62
7.1 Qualidade social da educação e a Gestão escolar	63
7.2 Inclusão na prática	67
7.3 Preparação e qualificação da PcD para o mercado de trabalho	69
7.4 Perfil e considerações da aluna entrevistada	72
CAPÍTULO 8	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
SOBRE OS AUTORES	85

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO

A escola encontra-se inserida em um contexto em que os processos de mudanças ocorrem de forma dinâmica, exigindo decisões imediatas, propondo renovações e adaptações conscientes dentro do processo de ensino aprendizagem, visando contribuir com a transformação no alcance de uma sociedade melhor.

A presente pesquisa tem como proposta levar o leitor ao entendimento de como ocorre à inclusão das Pessoas com Deficiência- PcD no mercado de trabalho, bem como sua preparação e mediação ao ato empregatício. Discorrendo sobre os avanços e os desafios da educação inclusiva no âmbito da formação e inclusão da PcD no mercado de trabalho. De forma mais detalhada, discutindo sobre o papel da escola na qualificação dessas pessoas, no processo de socialização e desenvolvimento individual na busca de potencializar suas capacidades. Compreendendo as relações estabelecidas entre escola, sociedade e mercado de trabalho na busca pela inclusão e desenvolvimento das relações interpessoais, no que condiz incluir, produzir e conviver com as diferenças, e por fim, discorrendo sobre o trabalho de inclusão social que a unidade escolar vem desenvolvendo, fazendo com que o aluno com deficiência se perceba como parte integrante da sociedade, tornando-os comprometidos com questões relevantes para a vida social e coletiva.

A educação enquanto prática educacional intencional que busca o desenvolvimento do ser humano em suas múltiplas dimensões assume um importante papel no trabalho das diferenças e da identidade por abranger a diversidade das relações existentes. Para o alcance dos objetivos propostos buscou-se responder as seguintes questões: Como deverá ocorrer o atendimento especializado para que haja uma educação de qualidade aos alunos com deficiência? Como a escola poderá proporcionar a inclusão de seus alunos com deficiência no mundo da cultura, da arte, da ciência e do trabalho?

Trabalhar na construção de uma sociedade inclusiva é de fundamental importância para o desenvolvimento e concretude de ações democráticas. Para isso se faz necessário o aprimoramento das relações interpessoais com pessoas que dispõem de habilidades diferentes. A escola como instituição social deve apresentar práticas educativas comprometidas com a cidadania que visem o alcance da sociedade que desejamos construir.

Para atingir seus objetivos os centros de ensino da contemporaneidade precisam ter claro em seu currículo a importância do desenvolvimento de competências, habilidades, na aquisição e na assimilação do conhecimento pelo seu corpo discente, no entanto, é preciso estar ciente também, que tão importante quanto o desenvolvimento cognitivo é o desenvolvimento humano, deixando claro que o respeito às diferenças está acima de qualquer pedagogia.

Para realização deste estudo partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo buscando um aprofundamento na história da Pessoa com Deficiência ao longo dos séculos, da forma como estas eram retratadas e sua relação com a sociedade. O estudo bibliográfico foi de fundamental importância para o entendimento das mudanças, as várias fases que a história apresenta até chegar ao tão desejado e discutido processo de inclusão. Para isso analisou-se obras de autores renomados como Mantoan (2015); Fernandes (2013); Sasaki (2015); dentre tantos outros importantes para o estudo da inclusão, das práticas inclusivas e da própria história da deficiência.

O estudo documental proporcionou um embasamento das leis que firmam e garantem os direitos da PcD, demonstrando cada conquista seja, por meio de decretos, conferências, estatutos, etc. Para análise documental considerou-se documentos como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), Lei de Cotas (Lei 8.213/91), Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010), e vários outros importantes no combate as injustiças e na proclamação de direitos.

Para o desenvolvimento da pesquisa o texto foi organizado em 6 capítulos. No primeiro Capítulo discutiu-se os “Aspectos históricos entre sociedade e deficiência”, demonstrando trajetória de extermínio, exclusão e segregação sofrida ao longo da história e como os avanços e as rupturas com certos paradigmas, assim como os movimentos sociais foram importantes para a transformação de cenários.

O Capítulo 2 intitulado “Breve histórico da Educação Especial no Brasil” relata o surgimento da educação especial suas finalidades, toda a trajetória até chegar ao movimento de inclusão. Nesse tópico também se discute os conceitos de inclusão demonstrando os princípios da educação inclusiva e como esta provoca um novo olhar sobre a deficiência.

Em sequência o Capítulo 3, cujo título é “Formação de professores para Educação Inclusiva” buscou-se enfatizar a importância da formação continuada para o processo de ensino aprendizagem, o papel do professor e da escola frente às atuais demandas sociais, as adequações curriculares necessárias para que se alcance um ensino de qualidade ensinando a todos sem distinções e a importância do Atendimento Educacional Especializado para o melhor desenvolvimento da PcD.

No capítulo 4 denominado “A Inclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho” discutiu-se as relações e denominações provenientes do setor trabalhista bem como os princípios e normas fundamentados pela Lei de Cotas que garantem a inclusão da

Pessoa com Deficiência, como também as principais dificuldades no processo de contratação da PcD.

No Capítulo 5 são apresentados os recursos metodológicos utilizados demonstrando os caminhos seguidos, apresentação do campo de pesquisa, público participante, os instrumentos de coleta de dados, de análise interpretação para a elaboração desta.

Por último o Capítulo 6 que tem por título “A aprendizagem como instrumento de qualificação profissional da pessoa com deficiência” são apresentados os resultados e as discussões dos dados coletados com a realização desse estudo.

A inclusão é a garantia ao acesso de todos aos benefícios da vida em sociedade, reconhecendo e valorizando sem preconceito seus membros. A educação inclusiva representa um protótipo educacional com base no parecer dos direitos humanos. Mesmo com todos os amparos previsto em lei, esta enfrenta grandes desafios mediante a reestruturação de suas práticas, diante da realidade social existente e no desenvolvimento de uma pedagogia centrada no sujeito que seja capaz de ensinar a todos respeitando suas diferenças.

A preparação e inclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho é uma temática de repercussão mundial. As leis promovem a garantia de direitos da PcD amparados pela Constituição Federal de 1988, no entanto, tais garantias ainda não foram suficientes para que houvesse uma inclusão plena e satisfatória, tanto na sociedade como no setor trabalhista, por mais que a Lei de Cotas trouxessem benefícios e conquistas para a garantia destes direitos.

A escola enquanto instituição democrática e formadora de cidadãos deve estar atenta, de modo a contribuir positivamente na estruturação do sucesso profissional da Pessoa com Deficiência, dispondo de estratégias de diferenciação e enriquecimento curricular, que venha atender aspectos importantes e necessários para um bom desenvolvimento social e pessoal na vida da PcD, não somente na relação trabalho/ escola, mas como um todo, de modo que venham sentir-se valorizados e plenamente inclusos.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS HISTÓRICOS ENTRE SOCIEDADE E DEFICIÊNCIA

São pouquíssimos os registros que denotam as condições de vida das pessoas com deficiência na origem da humanidade. “[...] à antiguidade, praticamente não dispõe de dados objetivos registrados a respeito de como se caracterizava a relação entre sociedade e deficiência”. (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009. p. 35). Diante dos poucos relatos perceptíveis na literatura da época é possível observar a crença de que as Pessoas com Deficiência não possuíam capacidade de socialização, não sendo possível sua participação ativa em sociedade, o que contribuiu para o processo de segregação estabelecido ao longo da história.

Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode se constatar que, [...] as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. (MAZZOTTA, 2005, p. 16).

Durante muitos séculos como mencionado os seres com deficiência foram considerados seres irrelevantes, tratados como ineficientes para as relações em sociedade o que favoreceu todo esse histórico de rejeição. Fernandes (2013) concebe que foi somente a partir do século XVI com a Revolução Burguesa provocando alterações de ordem econômica, social e política na sociedade, que a deficiência começa a ser vista com olhares diferentes do até então estabelecido.

Com a Revolução Burguesa, o cenário político e econômico sofre uma grande transformação: a Igreja Católica perde o seu poder absoluto, a monarquia inicia sua derrocada, surgem os estados modernos e, em conexão com o processo de industrialização e de transformação capitalista, tem início a gênese da instituição da norma e normalidade pelas ciências naturais. (FERNANDES, 2013, p. 41).

No tocante as pessoas com deficiência, os impactos que essas transformações lhes causaram, de modo específico, pode-se destacar mudanças nos discursos em torno do conceito de norma e normalidade com base na concepção do ideal para população e sua qualidade de vida, referente a itens básicos como saúde, higiene, etc.

Diante dessas transformações o controle da saúde da população passa a ser objeto de preocupação, ficando sob responsabilidade da medicina desenvolver procedimentos e classificações que delimitassem a força de trabalho. A partir daí surgem novas explicações sobre a vida humana e seus fenômenos, levando contradição ao pensamento vigente que tinham por base o misticismo e dogmas que caracterizavam a visão medieval. (FERNANDES, 2013).

Com a elevação da medicina em status científico, esta ganha um papel de destaque, passando a questionar verdades até então tidas como únicas e verdadeiras, empregando-lhes novas definições acerca da origem das deficiências. “Nesse contexto, fortaleceram-se as teses que explicam a origem das deficiências em causas naturais, e não mais por fatores

espirituais". (FERNANDES, 2013, p. 43). De forma gradativa vão ocorrendo às mudanças socioculturais e aos poucos há o reconhecimento e a valorização do ser humano com deficiência. A ciência vai tomando um papel importante, e percebe-se também, uma desvinculação com os dogmas e com as crendices religiosas.

O século seguinte é marcado por um avanço significativo no campo científico, à deficiência já é vista como um caso de medicina, sendo, portanto, passível de tratamento, "[...] o que fortaleceu a tese da organicidade e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural, favorecendo o surgimento de ações de tratamento médico". (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 36). No entanto, essa racionalidade transformou os deficientes em meros objetos de análise e tratamento, onde se buscava a integração destes com base na sua exploração para o mercado de trabalho.

O modelo médico, ainda hoje hegemônico para as políticas de bem-estar voltadas para os deficientes, afirmava que a experiência de segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações da opressão, era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo. (DINIZ, 2007, p. 11).

Segundo Fernandes (2013) esse novo modelo de produção econômica contribuiu significativamente para essa transformação no cenário da época, apesar dos contrastes essa determinação econômica fez com que surgisse à preocupação com a assistência das pessoas com deficiência.

Por decorrência dessa determinação econômica na produção da vida social, nos séculos XVIII e XIX são criados os primeiros espaços específicos para educação de pessoas com deficiência, na Europa e em países por ela colonizados. Centenas de instituições, com caráter assistencial e filantrópico, proliferam, sobretudo na América, nos quais o foco seria o aproveitamento de seres "desviantes" para o treinamento industrial. As instituições funcionavam como asilos, alimentando e abrigando internos; como escolas, oferecendo instrução básica na leitura, escrita e cálculos; como oficinas de produção, pois as pessoas com deficiências constituíam mão de obra barata no processo inicial de industrialização. (FERNANDES, 2013, p. 44).

Com essa evolução as Pessoas com Deficiência deixam então, de ser considerada uma aberração, como alguém que sofre um castigo divino e passa a receber atenção, a ser tratada em hospitais e em centros habilitados, entretanto, ainda distantes do convívio social. Tem início uma nova era.

Essa ampliação de concepção a respeito da deficiência em várias áreas do conhecimento favoreceu diferentes atitudes ante o problema, isto é, da institucionalização do ensino especial. Mas foi somente no século XIX que se observou a atitude de responsabilidade pública ante as necessidades da pessoa com deficiência. Inicia-se a era da institucionalização: conventos e asilos, seguidos de hospitais psiquiátricos, constituíram-se como locais de confinamento. As pessoas com deficiência eram retiradas de suas comunidades de origem e mantidas em instituições, residências segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias. (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 36).

A partir desses avanços e rupturas tem-se a uma transição do modelo segregacionista para o modelo integracionista com base no assistencialismo, com uma abordagem educacional que buscava estabelecer o convívio entre pessoas com e sem deficiência.

Observa-se até aqui que a história é marcada por avanços e rupturas, ao mesmo tempo em que isolar certas pessoas do convívio social, sob alegação de proteção e cuidado, novas formas de compreender sua participação na sociedade as expõe a trabalhos físicos forçados ou ao escárnio. (FONTES, 2009, p. 26).

Outro fator importante foi a Segunda Guerra Mundial acontecimento determinante para mudança de concepção e tratamento prestado aos deficientes “[...] período em que houve uma insatisfação geral da população, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, por conta dos atos desumanos cometidos pelas grandes potências ocidentais”. (FERNANDES, 2013, p. 52). Com isso, a perspectiva social das pessoas com deficiência sofre alterações significativas implicando mudanças diretas na sociedade.

Desde os primórdios da civilização, os deficientes enfrentam problemas decorrentes do preconceito social. Mas foi somente a partir do século XX que teve início o processo de lutas e conquistas da garantia dos direitos da Pessoa com Deficiência. “Aos poucos, a sociedade evoluiu para deixar o caráter de exclusão e buscar alternativas de solução como entidades de reabilitação e assistência”. (BORTMAN, et al, 2015, p. 18). No ano de 1960 surgiu uma série de questionamentos a cerca do tratamento oferecido a pessoas com deficiência de caráter segregacionista, sobretudo, relativo à educação, ou seja, um movimento que exigia a integração dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Nessa mesma época surgia nos países nórdicos, logo absorvido pelos Estados Unidos, Inglaterra e outros, o princípio filosófico da normalização, aplicado as pessoa com deficiência. Este princípio vinculava-se ao movimento de desinstitucionalização antimanicomial, cujo objetivo era construir atitudes menos estigmatizadas e práticas e menos segregativas nestas instituições. Na Suécia, a partir de 1968, já era possível encontrar crianças deficientes sendo inseridas em classes regulares. (FONTES, 2009, p. 32).

Fontes (2009) ressalta ainda que o princípio de normalização chegou aqui no Brasil em 1980 e gerou uma série de equívocos entre os estudiosos, sendo interpretado de forma controversa, como uma possibilidade de tornar “normal” o deficiente. Esse princípio de normalização tornou-se centro do contexto integracionista, ganhando força em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. Ainda no final do século XX surgem discussões sobre a responsabilidade da educação da pessoa com deficiência, sugerindo uma união do ensino especial ao ensino regular. Logo mais a partir da Declaração de Salamanca essa ideia ganha força ampliando-se o conceito de inclusão.

2.1 CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA: TERMINOLOGIA

Como já mencionado acima a deficiência por muitos séculos foi concebida sob um panorama reabilitacional e individualizada. Sua construção histórica parte do princípio da normalidade e da incapacidade, sendo tratada ao longo do tempo por um viés religioso de caráter assistencial e/ou médica estando indissociável, portanto, do processo de exclusão.

Com a evolução da sociedade e as mudanças de pensamento, as interpretações condizentes a deficiência deixou de ser concebida a partir de uma visão médica que delimitava a deficiência como uma restrição individual, para uma abordagem de cunho social e cultural. Documentos da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo (2012, p. 04) afirmam que, “a transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um ‘modelo médico’ para um ‘modelo social’ no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos [...]”, passando a ser entendida de forma mais difundida e abrangente, pois, do ponto de vista social a deficiência resulta das limitações e comprometimento do corpo lesado, mas, não somente disto, é resultante também da influência de fatores sociais e ambientais do qual o indivíduo faz parte.

O Modelo Social de Deficiência, inspirado nos ideais de promoção dos direitos humanos, pretende demonstrar que as barreiras ambientais são as principais responsáveis pela não participação da pessoa com deficiência no meio social e não suas características individuais conexas à deficiência. (LOPEZ, 2020, p. 27).

O Modelo Social de Deficiência visa transformar a maneira como a sociedade concebe o ser com deficiência, fazendo com que se perceba que o modelo de organização do corpo social é em grande parte os principais responsáveis pelos entraves vividos pela PcD.

Quanto ao Modelo Médico Lopez (2020) coloca que este estabelecia uma relação unidirecional entre deficiência e incapacidade onde, “essas pessoas eram ‘pré-conceituadas’ como incapazes a partir de suas diversidades funcionais (deficiências/transtornos) sem haver qualquer reflexão sobre o seu entorno e a imposição de barreiras sobre a pessoa”. (LOPEZ 2020, p. 27). O Modelo Social de Deficiência tem vigorado consideravelmente, pode-se dizer que hoje em dia as limitações que uma pessoa apresenta são tidas como características inerentes à diversidade coexistente na sociedade, ou seja, a deficiência não é mais vista como uma deformidade do ser humano como anteriormente, a deficiência encontra-se na sociedade e no meio, por isso é tão importante à atuação conjunta de todos os atores sociais na inclusão destes no meio social como um todo.

Lopez (2020, p. 34) reitera ainda que “deficiência é um conceito em evolução”. As interpretações vão mudando ao longo dos anos e aos poucos vai, enfim, perdendo esse caráter de bem ou mal, passando a ser acolhida como uma condição humana. Diniz (2007, p.18) salienta que a “deficiência passou a ser um conceito político: a expressão da desvantagem social sofrida pelas pessoas com diferentes lesões. E nesse movimento de redefinição da deficiência [...] termos foram colocados na mesa de discussão”. É importante ressaltar que essa mudança de perspectiva exige mudanças em sua conceitualização, de acordo com o já mencionado acima.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência- Lei 13.146/2015 traz em seu art. 2º importantes considerações a respeito da caracterização de ser deficiente.

Art. 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Documentos orientadores do Ministério da Educação complementam ainda que

A deficiência, vale lembrar, é marcada pela perda de uma das funções do ser humano, seja ela física, psicológica ou sensorial. O indivíduo pode, assim, ter uma deficiência, mas isso não significa necessariamente que ele seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos. (BRASIL, 2007, p.21).

Quanto à forma de tratamento em referência a alguém que possui alguma deficiência, de forma geral, a maioria das pessoas sente-se confusas mediante a terminologia correta na identificação destas, utilizando-se de termos que reforçam a segregação e a exclusão. Segundo Bortman et al. (2015, p.14) “atualmente a terminologia mais adequada é Pessoa com Deficiência, termo utilizado pela Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil ratificou com valor de emenda constitucional, em 2008”. Esse termo é importante porque, de acordo com os especialistas, evidencia a pessoa à frente a sua deficiência, valorizando as diferenças e suas eventuais necessidades decorrentes de sua condição.

Já outros termos como “Necessidades Especiais” e “Portadores de Deficiência” não devem ser utilizados, pois, são vocábulos que reforçam o preconceito, que segregam e excluem. O termo “necessidades especiais” não se faz mais apropriado por entender-se que todos em algum momento da vida necessitará de um atendimento especial, sem eventualmente ter uma deficiência.

Quanto ao termo “portadores de deficiência” Bortman et al. (2015), traz esclarecimentos importantes a cerca de seu não uso e da forma como este não minimiza a condição social das Pessoas com Deficiência favorecendo um tratamento desigual e excludente.

É importante também ressaltar que o termo “portador” não deve ser utilizado, pois implica algo que se “porta” e, conseqüentemente, que é possível se livrar a qualquer momento e em qualquer lugar. A deficiência faz parte da pessoa e, na maioria das vezes, trata-se de algo permanente e que, portanto, não pode ser destituída da pessoa. Além disso, referir-se a esse público como “portador de deficiência”, evidencia que a deficiência passa a ser a principal característica da pessoa, em detrimento de sua condição humana. (BORTMAN et. al. 2015, p. 14).

A inclusão perpassa pela linguagem, pois através da linguagem manifestam-se o preconceito, o respeito e a discriminação. O uso da terminologia adequada “Pessoas com Deficiência” evidencia não propriamente a deficiência, mas o ser humano na condição de deficiente.

Quanto ao contexto educacional escolar as percepções de deficiência que fundamentam as políticas e os projetos pedagógicos dentro de uma perspectiva inclusiva devem ser dinâmicas e interativas, conforme reitera documentos orientadores do Ministério da Educação, estando nítido, portanto, a definição de deficiência, para que assim, se possa lançar estratégias de inclusão que atenda a todos. Vale lembrar que “[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”. (BRASIL, 2010, p. 22). Consciente de sua definição a escola poderá lançar-se de estratégias adequadas e eficientes no atendimento educacional de qualidade.

2.2 ACESSIBILIDADE

Dentro do ambiente escolar e na sociedade como um todo são inúmeros os fatores que exercem influência sobre a educação, vida social e nas próprias relações das crianças, jovens e adultos com deficiência, por isso se faz tão importante que estes recebam toda a atenção necessária diante de suas necessidades. A acessibilidade sem dúvida é um dos fatores primordiais para o processo de inclusão e tem sido um tema de grande magnitude social nos últimos tempos.

Parte primordial para todo e qualquer processo de inclusão social a acessibilidade deve ser orientada pelos princípios de ampla compreensão do sujeito com deficiência como indivíduos autônomos, independentes e que devem, portanto, exercer do direito a liberdade prevista na Constituição Brasileira.

As discussões acerca da acessibilidade surgiram na década de 1960 com o movimento de eliminação de barreiras arquitetônicas. As Universidades dos Estados Unidos foram as pioneiras a levantar discussões sobre a arquitetura dos prédios escolares, como da própria

organização da sociedade chamando a atenção para a necessidade de transformação desses espaços para acolhimento e para autonomia das pessoas que possuíam algum tipo de deficiência.

Inicialmente, o movimento começou a chamar a atenção da sociedade para a existência desses obstáculos e para a necessidade de eliminá-los ou de, pelo menos, reduzi-los ao mínimo possível. Foi então que se começou a falar em “*adaptação do meio físico*”. O importante era adaptar os (já existentes) ambientes físicos, transportes e produtos, de modo que eles se tornassem utilizáveis pelas pessoas com deficiências. (UNESCO, 2007, p. 24).

Ainda de acordo com documentos da UNESCO que tratam da inclusão digital e social da pessoa com deficiência após as discussões levantadas condizentes as estruturas arquitetônicas dos ambientes públicos e privados da sociedade

Surgiu em seguida a idéia de *desenho acessível*: projeto que leva em conta a acessibilidade voltada especificamente para as pessoas com deficiência física, auditiva, mental, visual ou múltipla, de maneira tal que possam utilizar, com autonomia e independência, tanto os ambientes físicos (espaços urbanos e edificações) e transportes, agora adaptados, como os ambientes e transportes construídos com acessibilidade já na fase de sua concepção. (UNESCO, 2007, p. 24).

A ideia de *desenho acessível* converteu-se em *Desenho Universal* que se configura de forma mais abrangente. O *Desenho Universal* não se restringe somente a adequação de ambientes e/ou objetos para a utilização por parte das pessoas com deficiência, mas visa atingir à totalidade, ou seja, um projeto que contempla a todos sem a exigência de adaptações. Para Zaqueu (2012, p. 85)

O *desenho universal* é um conceito amplo que compreende a concepção de espaços artefatos e produtos destinados ao atendimento a todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Sumariamente pode-se afirmar que o *desenho universal* tem como finalidade além de promover a acessibilidade, conceder ambientes e provisões especiais com foco nas pessoas com deficiência, garantindo que todos possam usufruir com segurança e autonomia de espaços físicos e até mesmo de objetos. “O *desenho universal* pode ser chamado de ‘*desenho para todos*’, ou ‘*arquitetura para todos*’. Dentro do movimento de inclusão social, o *desenho universal* também pode ser chamado de *desenho inclusivo*, ou seja, projeto que inclui todas as pessoas”. (UNESCO, 2007, p. 24).

No Brasil a discussão em torno deste tema toma proporções significativas em 1980, a princípio como forma de conscientização na construção civil. Já no ano de 1981, considerado o Ano Internacional de atenção as Pessoas com Deficiência, as discussões internacionais fez com que esse debate tomasse mais relevância, contribuindo com a promulgação de leis brasileiras que garantiam que Pessoas com Deficiência usufríssem os mesmos espaços que

outros cidadãos sem deficiência. E em 1985 tem-se a primeira norma técnica de acessibilidade, passando por revisões nos anos de 1994 e 2004. Normas estas que regulamentam todas as questões referentes à acessibilidade no Brasil.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios de promoção da acessibilidade as Pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida, especifica no inciso I em seu artigo 2º a conceituação de acessibilidade.

Art. 2 - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

A partir da conceitualização acima é notório a importância da acessibilidade para a estruturação de ambientes, seja ele físico ou social acessível, assim também, como na efetivação de uma cultura inclusiva. O Estatuto da Pessoa com Deficiência- Lei 13.146/2015 reforça essa importância em seu Título III capítulo I Art. 53, onde destaca que “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. A acessibilidade, portanto, possibilita oferecer a todos que desfrutam das mesmas oportunidades, sem fazer-lhes distinções de suas capacidades nas circunstâncias em que se encontram.

De forma geral pode-se dizer que acessibilidade é um conjunto de medidas que visam garantir a efetiva possibilidade de acesso e utilização com autonomia e segurança dos espaços para toda e qualquer pessoa, independente de suas limitações. Segundo Zaqueu (2012, p. 84) “para que a acessibilidade se efetive é necessário que todo o conjunto de elementos que compõe a sociedade reflita sobre questões prioritárias referentes aos elementos que englobam [...]”, a comunidade, seja ele físico material ou imaterial, cuidando para que as pessoas com deficiência consigam não só ter acesso a lugares, mas acima de tudo, que possam sentir se adaptadas as suas condições.

As mudanças ocorrem de forma lenta e gradual e aos poucos a sociedade contemporânea vai se conscientizando da importância e necessidade da eliminação de barreiras que dificultam ou até mesmo extinguem a participação e a igualdade de condições, de oportunidades para que as pessoas com deficiência possam exercer em sua plenitude de seus direitos com autonomia.

Entretanto, essas mudanças geram a necessidade de reavaliar e implementar políticas públicas que de fato privilegiem e que possam permitir e contribuir para a ascensão das pessoas com deficiências em todos os segmentos da sociedade. Tornando os espaços

públicos e privados acessíveis, possibilitando-os desfrutar de seus direitos e promovendo a igualdade de oportunidades.

2.2.1 Tipos de acessibilidade

Todos os cidadãos devem ter assegurado o direito de igualdade em todos os âmbitos da sociedade desfrutando das mesmas oportunidades. Para tanto, para efetivação destes direitos de maneira que possa contemplar a todos, são exigidas mudanças na sociedade e em suas variadas instâncias como a adoção de práticas e atitudes que possam colaborar para garantia e usufruto dos direitos que lhe são assegurados por lei.

A acessibilidade é um elemento que viabiliza a autonomia e a participação da diversidade existente na sociedade, responsável por promover a inclusão garantindo que cada indivíduo participe ativamente das instâncias sociais, seja estudando, trabalhando, desenvolvendo suas competências. “Portanto, a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. (SASSAKI, 2009, p. 1).

Em seus mais variados contextos a palavra acessibilidade tem sido associada somente a eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas, no entanto, esta designa uma gama extensa de medidas indispensáveis para efetivação do processo de inclusão.

Sasaki (2005) faz uma importante distinção na elencação da acessibilidade classificando-a em 6 dimensões que se aplicam na sociedade em geral, mas especificadas aqui com foco especial na unidade escolar, por entender a escola como principal órgão responsável pela promoção da inclusão e do respeito e valorização das diferenças, medidas que refletem diretamente em todos os outros setores da sociedade.

-Acessibilidade arquitetônica, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos;

-Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);

-Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc);

-Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene

pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc).;

-**Acessibilidade programática**, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral;

-**Acessibilidade atitudinal**, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (SASSAKI, 2005, p. 23).

Dispor desse conjunto de medidas é permitir que todos possam usufruir dos espaços, dos objetos, dos momentos com conforto, segurança autonomia e liberdade. “Promover a acessibilidade, em seu sentido mais amplo, portanto, é indispensável ao ‘movimento contemporâneo’ de inclusão [...]”. (ZAQUEU, 2012, p. 92). Apesar de exercerem uma grande importância à sociedade em si e a própria comunidade escolar ainda não dispõe das adaptações necessárias no atendimento a públicos tão diversos.

Cabe ressaltar que é um direito da pessoa com deficiência viver em um ambiente que fomente o desenvolvimento de suas habilidades, competência, autonomia e, sobretudo, de independência. A coexistência do saber compreender, do respeito, da valorização das diferenças, de solidariedade são princípios primordiais para se refletir medidas eficientes de acessibilidade que levam a inclusão.

CAPÍTULO 3

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história da educação especial é relativamente nova. Até o século XVI não havia preocupação e cuidado a pessoas que demandavam algum tipo de atendimento especial. Em toda a sociedade como já visto acima, era comum à prática de exclusão e até mesmo o ato de extinguir as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência.

Aqui no Brasil a trajetória da educação especial tem início na metade do século XIX, onde “[...] são criadas as primeiras instituições especializadas com objetivos e práticas semelhantes ao contexto europeu [...], marcada ainda por forte apelo assistencial”. (FERNANDES, 2013, p. 45). O processo educativo com vista a contemplar a pessoas que possuíam deficiência acontecia, na grande maioria das vezes, em escolas que funcionavam anexas a hospitais psiquiátricos ou em instituições especializadas. O que revela uma atuação segregacionista no tratamento destas pessoas.

Mazzotta (2005) destaca que as primeiras experiências com a Educação Especial aqui no Brasil tinham por modelo ações desencadeadas em outros países, assim também, como partiram de iniciativas privadas e isoladas.

Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais, e deficientes físicos. Durante um século tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiência. (MAZZOTTA, 2005, p. 27).

No entanto, as organizações que buscavam desenvolver um projeto educacional especial aqui no Brasil apresentam características distintas daquelas desenvolvidas pelo restante dos países, por diversos fatores, entre eles o contexto social da época e também em consequência das políticas públicas que não conseguiam alcançar todo o território nacional.

O marco mais importante da história da Educação Especial brasileira acontece no final do século XIX onde foram criadas importantes instituições para atendimento específico relativo a algum tipo de deficiência. Dentre eles vale destacar:

-O Imperial Instituto de Meninos Cegos, em 1854, no Rio de Janeiro, posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC), criado pelo cego brasileiro José Álvares de Azevedo que estudara em Paris.

-O Instituto de Meninos surdos Mudos, em 1857, também no Rio de Janeiro, mais tarde conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), por Edouard Huet, educador francês com surdez congênita, que foi incumbido de organizar o primeiro educandário para o ensino de surdos. (ZAQUEU, 2012, p. 20).

O principal objetivo destas instituições era propiciar um atendimento especial a pessoas que possuísem surdez ou cegueira, oportunizando lhes o desenvolvimento de suas múltiplas funções. Com foco nessa finalidade aconteceu no ano de 1883 o primeiro

Congresso de Instrução Pública, fomentando debates sobre a formação de professores e sobre o atendimento especializado de alunos cegos e surdos dispersos pelo país. “Embora, a criação destes institutos representasse um marco na história da educação especial no Brasil, foi somente no século XX que iniciativas oficiais de âmbito nacional marcaram o início da educação de parte das pessoas com deficiência em nosso país”. (FONTES, 2009, p. 29).

O século XX é marcado por importantes iniciativas de acolhimento a Pessoas com Deficiência com a criação de vários institutos que ofereciam atendimento especializado. Logo no início do século foi fundado o Instituto Pestalozzi, com atendimento as pessoas com deficiência mental. Em 1945, Helena Antipoff cria primeiro atendimento à pessoa com superdotação. Em 1954, surge a APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. E em 1961 preconiza-se o atendimento as pessoas com necessidades especiais, dentro do sistema de ensino, em razão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 4.024/61. (CUNHA, 2016).

Cabe destacar também outro marco importante condizente ao planejamento e sistematizações da expansão da Educação Especial, que foi “[...] a promulgação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 4.024/61, onde dois artigos foram dedicados a Educação Especial”. (FONTES, 2009, p.30). Embora resultasse em um importante passo na história da educação especial, a mesma ainda não tinha um caráter de obrigatoriedade a prestação de serviço e atendimento da PcD dentro do ensino regular.

Somente uma década mais tarde, em 1971, a questão da educação da Pessoa com Deficiência passa a ser ofertada no ensino regular com o surgimento das escolas especiais. De acordo com Fontes (2009, p. 31)

A oferta de atendimento especializado aos alunos descritos na Lei 5.692/71 materializou-se nas escolas de Educação Especial que passaram a integrar o sistema de ensino. Deve-se registrar que foi somente com o surgimento das escolas especiais que estas crianças consideradas educáveis tiveram, finalmente, a oportunidade de frequentar uma instituição com fins educacionais.

A Educação Especial tomou força e visibilidade, sobretudo, na década de 1970 a partir da preocupação com educação de crianças com deficiência o que colaborou para o surgimento das escolas especiais. Dois anos após a promulgação da Lei 5.692/71 que colocava a educação das pessoas com deficiência dentro da proposta do ensino regular é institucionalizado um importante órgão o “Centro Nacional de Educação Especial” com foco na administração e ampliação de ações educacionais que atenda e promova o desenvolvimento da Pessoa com Deficiência.

Em 1973, é criado no MEC o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência

e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. (BRASIL, 2010, p. 12).

Na mesma época é possível observar a efetivação de políticas públicas nacionais que garantem acesso universal a educação da PcD, no entanto, essas políticas ainda não se constituíam num atendimento especializado que contemplasse as singularidades de cada indivíduo e que pudesse alcançar a todos.

Quanto aos marcos também é muito importante destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos na década de 40 que tem um grande significado nas conquistas e direitos da PcD, reforçada pela “Nossa Constituição Federal de 1988 [...] outro marco histórico em nosso país por assegurar o direito à inclusão social do deficiente”. (XAVIER, OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Logo após a Constituição Federal de 1988, é promulgado aqui no Brasil, com inspirações internacionais, marcos legais como leis e estatutos que garantem e reforçam a efetivação dos direitos educacionais das classes consideradas minorias, com foco especial a educação das Pessoas com Deficiência, reforçando lhes o direito de participarem da rede regular de ensino.

A educação especial brasileira construiu-se assim como um subsistema predominantemente paralelo fora e dentro das escolas comuns, concentrado principalmente nas escolas especiais privadas e, no processo de expansão do ensino fundamental, nas classes especiais das escolas públicas. As reformas educacionais dos anos 90 já se deram em um contexto de transição para a área de educação especial, devido em parte à crítica acumulada em relação ao funcionamento das classes especiais das escolas públicas (até ali, quanto aos seus critérios de composição; depois, quanto à sua existência) e aos movimentos locais e internacionais pela inclusão escolar. (FÁVERO, FERREIRA, IRELAND, BARREIROS, 2009, p. 56).

É notório e cabível salientar que as políticas de atendimento as pessoas com deficiência no Brasil, sofreram influências dos mais variados protótipos existentes na história, que vão desde a exclusão ocorrida na antiguidade ao tão moderno discurso de inclusão que mais excluem que incluem na prática, apesar dos grandes avanços perceptíveis ao longo dos anos.

Com os avanços da sociedade a Educação Especial tem ganhado cada vez mais espaço no contexto atual, por se caracterizar como uma prática essencial e imprescindível à contemporaneidade. “Ressalta-se, neste íterim, que a Educação Especial é um direito garantido àqueles que tenham deficiência; é o processo mais lógico para se chegar, de fato, a práticas inclusivas que amparam os deficientes transformando-os seres com seu próprio espaço”. (FAEC, 2019, p. 94). A educação especial se caracteriza como uma educação que permeia todos os níveis e etapas de ensino.

3.1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A relação da sociedade com as Pessoas com Deficiência apresenta-se de forma complexa e difusa e vem passando por transformações importantes ao longo do tempo, seja em definições ou em atitudes que delimitam ações. Assim, a trajetória da Educação Especial se institui por questões políticas e sociais no atendimento das Pessoas com Deficiência perpassando discussões e adaptações aos modelos de segregação, integração até chegar-se a proposta de inclusão.

A primeira fase deste ciclo denominada segregação é definida pela institucionalização da Pessoa com Deficiência partindo do argumento que estes deveriam ser mantidos em ambientes exclusivos ou até mesmo serem extintos da sociedade. “Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos ‘anormais’”. (MENDES, 2006, p. 387). Sendo, pois, impedidas de frequentarem instituições regulares de ensino e até mesmo de se socializarem.

Na segunda metade do século XX mais especificamente nas décadas de 60, 70 e 80 intensificou-se os movimentos de lutas sociais contra os atos segregacionistas significando o surgimento de uma nova fase, a integração. Esta nova fase dentro da perspectiva educacional, tem por objetivo eliminar os preconceitos, promover a integração dos alunos com deficiência agregando-os as escolas comuns que ofereciam ensino regular.

Fernandes (2013) cita a importância dos movimentos sociais para a conquista dos direitos da PcD relativos a cidadania e da própria dignidade.

As lutas sociais que tencionam as bases da educação especial institucionalizada têm como produto o processo de integração, terminologia adotada na literatura especializada para caracterizar os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência na ocupação de diferentes espaços na vida social, educação, a saúde, o lazer, os esportes. (FERNANDES, 2013, p. 67).

Os movimentos sociais certamente representam importantes passos na implementação da mudança em prol de uma determinada causa. No entanto, a educação especial só se vigorou após transformações históricas, políticas e ideológicas no que se refere ao direito das pessoas que necessitam de atendimento especializado.

Segundo Sánchez (2005, p. 14) “o movimento da integração escolar supôs estabelecer as primeiras tentativas, por questionar e rechaçar a segregação e o isolamento em que se encontravam as pessoas com deficiência nos centros de educação especial”. Então, do viés assistencialista as pessoas com deficiências passariam a frequentar escolas de ensino regular,

mesmo que as instituições não possibilitassem seu desenvolver e não trabalhasse adequadamente no aprimoramento de suas habilidades.

Assim, a integração escolar não era concebida como uma questão de tudo ou nada, mas sim como um processo com vários níveis, através dos quais o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos. O nível mais adequado seria aquele que melhor favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto. Percebe-se nessa fase o pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de conviver socialmente, mas que deviam ser, antes de tudo, preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade. (MENDES, 2006, p. 391).

A integração também representava de certa forma segregação, concentrava boa parte das reivindicações apenas na aceitação da presença das Pessoas com Deficiência aos considerados “normais”.

A educação Especial foi organizada com o propósito de prestar atendimento educacional especializado em substituição ao ensino comum sendo, portanto, necessário à criação de instituições especializadas e a formação de classes especiais em rede de escolas regulares.

O desenvolvimento da educação especial envolveu uma série de estágios durante os quais os sistemas de educação exploraram diferentes formas de responder a crianças com deficiências e a outras que têm dificuldades de aprendizagem. A educação especial foi oferecida, por vezes, como complemento à educação geral e em outros casos foi totalmente segregada. (FÁVERO, FERREIRA, IRELAND, BARREIROS, 2009, p.12).

Partindo do pressuposto filosófico a ideologia de normalidade, no processo de integração escolar os alunos poderiam ser inclusos em escolas comuns, desde que as unidades de ensino fossem capazes de atender as necessidades específicas destes alunos. As críticas em relação a este paradigma giram em torno da adequação do aluno tanto a escola quanto a sociedade, enquanto deveria ser um processo contrário. “O aluno, nesse processo, tinha que se adequar a escola, que se mantinha inalterada. A integração total na classe comum só era permitida para aqueles alunos que conseguissem acompanhar o currículo ali desenvolvido”. (BRASIL, 2001, p. 21).

Os debates em função dos direitos da PcD fez com que se pensasse na urgente e necessária reorganização das estruturas sociais, para que se pudesse alcançar a inclusão de todos. Com isso a ideia de normalização perde força servindo de bases para debates em torno do paradigma da inclusão.

Ao se analisar a trajetória dos processos de integração e inclusão, percebe-se que ambos possuem as mesmas concepções. Tanto um quanto o outro parte do princípio do respaldo e garantia dos direitos da Pessoa com deficiência de participar ativamente da vida e das instâncias da sociedade. Entretanto, como bem explicita Mantoan (2015, p. 26) “os

dois vocábulos- 'integração' e 'inclusão'-, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e fundamentam-se em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes". Contudo, a grande diferença se concentra no foco destes processos. Na integração a mudança era algo que originava do próprio sujeito, na adequação deste ao modelo e exigências da sociedade, enquanto a inclusão exige mudanças não só do indivíduo, mas, sobretudo, de todos os aspectos da sociedade.

Bem recentemente de forma mais exata no final do século XX, a concepção acerca da integração passou a ser questionada tanto do ponto de vista humano quanto da sua funcionalidade e eficiência, já que no processo de integração o sujeito era "obrigado" a se adequar ao meio, sendo ele mesmo responsável direto pelas suas limitações. Autores como Fávero, Ferreira, Ireland, Barreiros, (2009, p. 12), defende "[...] que perspectivas que supõem que a origem das dificuldades de aprendizagem está no aprendiz ignoram as influências do ambiente na aprendizagem". Contudo, é importante frisar que esses questionamentos foram primordiais para transformar um cenário que atuava sob uma perspectiva organizacionista com critérios de seletividade dos indivíduos em normais e anormais, provenientes de diagnósticos clínicos, que determinavam as práticas escolares destes seres considerados anormais.

A década de 90 se caracteriza como um divisor de águas. Foi ao longo desta década que discussões relevantes acerca da inclusão ganharam força e que surgiram grandes conferências, dentre eles a Declaração de Salamanca um dos marcos mais importantes e significativos em prol da inclusão, tendo como princípio fundamental de eixo orientador, o acolhimento pelas escolas comuns às pessoas com deficiência.

Segundo Sampaio e Sampaio (2009, p. 23),

Ao longo dos anos 90 até os dias de hoje, a educação inclusiva vem firmando-se no plano internacional e na legislação brasileira como uma conquista dos direitos humanos. Trata-se de uma concepção político-pedagógica que desloca a centralidade do processo para a escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos, produzindo uma inversão de perspectivas no sentido de transformar a escola para receber todos os educandos com suas diferenças e características individuais.

A educação inclusiva no Brasil precede a conquista dos direitos humanos, onde o direito a igualdade, o reconhecimento e a valorização da diversidade passam a ser essenciais para convivência em sociedade. "Inclusão em educação pode ser vista, dessa forma, como um processo de transformação de valores em ação, resultando em práticas e serviços educacionais, em sistemas e estruturas que incorporam tais valores". (FÁVERO, FERREIRA, IRELAND, BARREIROS, 2009, p. 21).

Outro fator importante também para o processo de inclusão foi à promulgação da Constituição Federal (1988) que fortaleceu o discurso dos direitos sociais e estabeleceu mudanças ao movimento de inclusão, ao delimitar a educação como dever do estado e fazendo com que a educação da PcD deixasse de ter um caráter assistencialista, integrando-o ao sistema regular de ensino. O movimento de inclusão, portanto, prega a igualdade de direitos e defende o acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola.

Entende-se por inclusão a garantia de todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade esta que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos, encontra-se a inclusão educacional. (BRASIL, 2001, p. 20).

De acordo com Stobäus e Mosquera (2004) a educação escolar na perspectiva inclusiva delinea o espaço educacional em um ambiente de igualdade, onde todos os seus atores dispõem do direito de aprender, considerando suas especificidades e adequando propostas e estratégias as necessidades inerentes a cada sujeito.

O papel da Educação Especial, assume a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, sem discriminação, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. (STOBÄUS, MOSQUERA, 2004, p. 23).

As escolas especiais possuem a missão de apoiar e complementar o processo de ensino aos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado para assim, alcançar e concretizar uma educação inclusiva. “A inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas”. (STOBÄUS, MOSQUERA, 2004, p. 25). A Educação inclusiva provoca uma revolução nas práticas educativas, na unidade educacional e na própria sociedade, rompendo com velhos paradigmas e contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

3.2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é resultante de um movimento de lutas e conquistas estabelecido ao longo dos anos, sobretudo, nos anos 90 com a mobilização de entidades internacionais que se uniram em prol da defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência. O princípio de uma educação inclusiva encontra-se respaldado em vários documentos importantes que estimulam a propagação deste paradigma e que reforçam a importância da incorporação destas diretrizes no campo educacional.

A Educação Inclusiva tem sua origem no processo internacional chamado inclusão social. Este se configura como um processo de construção de um novo tipo de sociedade que se transforma desde a arquitetura universal, passando por sistemas sociais como o lazer, o esporte, a educação, os transportes, etc., até a eliminação de barreiras atitudinais, a fim de reconhecer os direitos à igualdade da pessoa com deficiência. (FONTES, 2009, p. 36).

O movimento pela inclusão tem como foco principal a ampliação da ação educativa escolar referente ao seu processo de ensino aprendizagem. Para Mantoan (2015, p. 28), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. Nesse sentido é correto afirmar que a educação inclusiva tem como um de seus principais objetivos a remoção de empecilhos e a busca pela igualdade e promoção da equidade entre os alunos e entre os membros da sociedade.

A sociedade tem buscado uma evolução na efetivação da garantia dos direitos não só da educação, mas do próprio direito a cidadania a Pessoas com Deficiência e a outros grupos considerados minoritários, estabelecendo uma articulação entre igualdade e diferença, com a finalidade de estabelecer caminhos para transformação dos modelos excludentes e segregacionistas predominantes. Entretanto, documentos da UNESCO (2007) direcionados a “Inclusão digital e social de pessoas com deficiência” salientam que essa busca pela igualdade não depende única e exclusivamente da promulgação de leis e documentos, mas da conscientização e empatia pelo outro no respeito e na promoção do aprendizado social.

O processo de construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, no entanto, assim como o de outros grupos discriminados da população, não começa com a legalidade de textos, mas com a legitimidade de ações de pessoas e grupos organizados que, por meio da pressão social, reivindicam direitos humanos e impulsionam a mudança, adequação e implementação da legislação. Essa é a essência da nova cidadania, reivindicada, vivenciada, exercida e praticada por pessoas e movimentos sociais em todo o mundo. (UNESCO, 2007, p. 12).

Do final do século XX até os dias atuais tem emergido grandes conferências, promulgação de leis e decretos que buscam promover a inclusão da pessoa com deficiência, visando combater toda e qualquer forma de discriminação em relação a elas. Dentro da proposta de inclusão “as políticas públicas de Educação Inclusiva dizem respeito ao conjunto de diretrizes e normas que regulamentam a proposta de educação inclusiva nas escolas de ensino regular e orientam sua efetivação na prática pedagógica”. (FONTES, 2009, p. 16).

A autora Aranha (2005) no Projeto Escola Viva reafirma que,

No âmbito da educação, a opção política pela construção de um sistema educacional inclusivo vem coroar um movimento para assegurar a todos os cidadãos, inclusive aos com necessidades educacionais especiais, a possibilidade de aprender a administrar

a convivência digna e respeitosa numa sociedade complexa e diversificada. (ARANHA, 2005, p. 23).

A educação inclusiva exige e demanda atitudes e movimentos conscientes de todos os setores e indivíduos que se inter-relacionam dentro deste espaço chamado sociedade, com objetivo de se construir um ambiente de solidariedade onde todos possam dispor das mesmas condições e oportunidades.

As Leis, os documentos que asseguram os direitos, que indicam e determinam os princípios norteadores para educação inclusiva tem como incentivo questões políticas e gerenciais com bases nas mais importantes discussões realizadas ao longo das décadas, que buscam a efetivação e a garantia do direito à educação e do direito a cidadania da Pessoa com Deficiência, conforme é abordado em documentos do Ministério da Educação que tratam dos “Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2010, p. 8).

Dentre os principais elementos históricos que visam romper com a trajetória de exclusão e segregação da PcD pode-se destacar os princípios filosóficos contidos na Declaração de Salamanca (1994) ou na Convenção de Guatemala (1999), que se destacam como importantes fontes de norteamento de linhas de ações da criação e efetivação de políticas públicas dos governos que buscam a garantia destes direitos, assim também, como diversos outros marcos que garantem o direito e a igualdade de todos.

A Declaração de Jomtien (1990), aprovada na Conferência Mundial de Educação para todos, reafirma a educação como um direito de todos, onde as entidades envolvidas deverão agir de maneira a garantir o acesso, permanência e participação contínua na apropriação do conhecimento e na busca pela aprendizagem. A Declaração também evidencia elementos importantes para o desenvolvimento social, cultural e econômico das nações.

A Declaração de Salamanca (1994) é um importante documento que condiz aos princípios, políticas e práticas educativas dos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, garantindo-lhes uma educação de qualidade e subsidiando o atendimento de todos os alunos independente das limitações que possuem. Neste documento ressalta-se a importância e a união de todos em defesa de uma escola única, promovendo a dignidade humana e refletindo o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a igualdade de oportunidades.

Segundo documentos orientadores do Ministério da Educação-MEC a Declaração de Salamanca teve uma importância fundamental na transparência do conceito de necessidades educacionais especiais, apesar de não alcançarem sucesso total nas metas propostas.

O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos estudantes com o ambiente educacional e social. No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os estudantes e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo. (BRASIL, 2010, p. 21).

A Convenção de Guatemala (1999) é outro importante marco que visa eliminar a discriminação das pessoas com deficiência, promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001 aqui no Brasil, o documento visa propiciar o desenvolvimento de ações e medidas que possam sanar com índices discriminatórios a toda e qualquer pessoa com base em sua limitação. A Convenção assim como outras citadas acima busca reafirmar os direitos da PcD garantindo-lhes que possam participar da vida em sociedade.

É muito importante frisar que todos os documentos que resguardam os direitos da Pessoa com Deficiência não são iniciativas isoladas ou dispersas, todas elas são resultantes e firmadas após grandes discussões que vêm ocorrendo desde a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos que propunha a universalização do ensino e a promoção da equidade. “Os textos legais são discursos imersos em práticas sociais que envolvem interesses de classe que revelam modos distintos de aprender e significar a realidade, cuja materialidade se constrói na existência histórica e social dos homens”. (FERNANDES, 2013, p.118). Ao se analisar os princípios normativos das políticas públicas que organizam, delineiam a educação especial, percebe-se que as ações têm como foco, sobretudo, as pessoas com deficiência, no seu poder de ação e interação em garantir-lhes o direito de partilhar de espaços que por muitas décadas lhes estavam restrito.

Aqui no Brasil após a promulgação da Constituição Federal em 1988, foram implementadas diversas legislações que objetivam garantir os direitos educacionais das classes minoritárias, com ênfase espacial aos direitos da PcD, assegurando-lhes que possam frequentar a rede regular de ensino. “Apropriar-se do discurso legal é uma instância de construção da experiência social por meio da qual se instaura um processo de reflexão e significação sobre a realidade”. (FERNANDES, 2013, p. 119). Estes fundamentos legais são primordiais para compreensão e concepção da vinculação de estratégias para transformação do que se vive e na materialização dos objetivos estabelecidos.

Dentre os marcos legais no cenário brasileiro destaca-se:

A Lei da Integração (Lei nº 7.853/89) busca assegurar que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência tenham oportunidades iguais as demais pessoas, reafirmando-lhes seus direitos de acesso à educação, saúde, trabalho, cultura, desporto, lazer, etc. Tem como principal objetivo prestar auxílio pleno, atendimento de qualidade, tornando-as independentes e inclusas na sociedade. Em seu artigo 1º e parágrafo 1 a Lei traz que serão assegurados valores básicos da igualdade de tratamento, oportunidade, respeito, dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1989.) Além dos direitos a educação, com inclusão no sistema regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (Lei 8.069/90) conjunto de normas jurídicas cujo principal objetivo é a proteção à criança e ao adolescente. Em seu artigo 54, Inciso III traz que o atendimento de crianças com deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino sob a responsabilidade do estado. (BRASIL, 1990).

Em 1994 tem-se a Política Nacional de Educação Especial se caracterizando como um grande avanço na política educacional do país reafirmando os pressupostos de padrões de aprendizagem, provocando uma reformulação das práticas educacionais na valorização dos mais diferentes potenciais de aprendizagem, mantendo a responsabilidade da educação dos deficientes no âmbito da educação especial. (BRASIL, 2010). Este documento enfatiza o apoio do ensino especial à rede regular de ensino.

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 define e regulariza o sistema de ensino brasileiro tendo como base os princípios que compõe a Constituição Federal, definindo responsabilidades, direitos e deveres dos envolvidos no sistema educacional. A Lei é importante por reafirmar os princípios contidos na Política Nacional de Educação Especial, dispondo de um capítulo específico destinado a mesma. Em seu artigo 58 tem-se uma definição de educação especial seguido de orientações para escolarização de pessoas com deficiência.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996).

Fica claro na LDBEN a partir do enunciado em seu artigo 58 que a educação especial é uma modalidade de educação que deve ser oferecida na rede regular de ensino, além de apresentar mecanismos para um serviço especializado no atendimento a sua clientela.

O decreto 3.298/99 que regulamenta a Lei 7.853/89 que intenciona sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência constitui normas de proteção, direito a educação e outras garantias, assegurando-lhes plena inclusão nas instâncias da sociedade.

Na seção II destinado a educação é possível destacar no artigo 24 a obrigatoriedade do recebimento e da oferta do ensino especial nas escolas regulares.

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e

VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo. (BRASIL, 1999).

Assim, vale destacar a importância destes documentos, que além de, garantir direitos, configurar o princípio de igualdade, também promovem um olhar diferente sobre o indivíduo com deficiência.

A inclusão tem se caracterizado por um longo processo de lutas sociais empreendidas ao longo do tempo. No cenário brasileiro a inclusão tem sido representada por mudanças nas políticas públicas, com enfoque especial para a política educacional que tem buscado ressignificar suas práticas com o objetivo de reverter à realidade social excludente a qual se vive. Como já foi ressaltado em outras partes desta pesquisa, apesar dos avanços muito ainda precisa ser visto e revisto para que se possa alcançar de fato as transformações almejadas.

3.2.1 Inclusão escolar: um novo olhar sobre a Pessoa com Deficiência

A escola possui um papel fundamental não só no desenvolvimento social e cognitivo das crianças, mas também na saúde emocional e nas relações por ela estabelecido, por ser um espaço propício a estimulação do pensamento, a aprendizagem, a reflexão e o primeiro espaço de socialização vivenciado pelas crianças. Dentro desse contexto uma educação de qualidade é importante não apenas pela ascensão social, econômica do país, mas no aprimoramento e desenvolvimento das relações interpessoais primordiais para as relações humanas desenvolvidas na sociedade.

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui. Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as

etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica. (ARANHA, 2004, p. 7).

Em face às políticas de educação, as leis nacionais e internacionais têm buscado uma transformação do espaço tradicional escolar, a reformulação e inovação, com mudanças de valores que implicam pensar novas políticas na reestruturação da educação. “Para empreender essa transformação, a escola assume um papel fundamental, em que se destaca a função educativa, que vai muito além da formação acadêmica, pois implica a formação moral ética, estética e política”. (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 43). A ideia de uma escola inclusiva propõe uma transformação nos centros educacionais regulares, buscando uma valorização das características individuais dos seres e garantindo-lhes o cumprimento de seus direitos na sociedade como o exercício da cidadania.

O movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação, e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola, e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares. (HEREDERO, 2010, p. 197).

A inclusão da Pessoa com Deficiência, sobretudo, no espaço escolar tem representado um grande desafio, por exigir uma mudança nos procedimentos, na percepção e concepção dos centros educacionais, relativo ao próprio conceito da deficiência. De acordo com Fernandes (2013, p. 89),

A realização da escola inclusiva pressupõe a compreensão sócio-histórica das deficiências, ou seja, que o conceito de deficiência se constitui socialmente e pode ser superado, se adequados forem os processos de mediação social na reversão das limitações impostas pelas condições orgânicas iniciais.

A efetivação de uma escola inclusiva pressupõe um processo social de transformação, de abordagem humanística que valoriza o sujeito em suas singularidades, deixando de ser um espaço de homogeneidade para tornar-se um espaço de heterogeneidade. Diante do exposto, Aranha (2004) concorda que,

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (ARANHA, 2004, p. 7).

É primordial o investimento e o desenvolvimento da educação inclusiva partindo do pressuposto que dentro desta perspectiva estará se proporcionando um desenvolvimento significativo não apenas as crianças com deficiência, mas a todas, por possibilitar a convivência e estimular os princípios da cidadania, do respeito e da valorização das diferenças. Fernandes (2013) faz uma importante menção do poder da educação na trans-

formação dos sujeitos, dos contextos históricos sociais e na reversão da condição física ou intelectual do ser.

A educação passa a ter um papel preponderante nesse processo de reversão da condição “deficitária” dos sujeitos, na medida em que pode lhes oferecer caminhos para a superação de dificuldades e limitações individuais, por meio do acesso e permanência na escola comum onde eles terão a possibilidade de compartilhar experiências formais de aprendizagem, na aposta da aprendizagem mediada pelas múltiplas mediações oportunizadas pela imersão em diversas experiências sociais que o desafiem e na luta contra o conformismo da crença do determinismo biológico. (FERNANDES, 2013, p. 166).

Um dos mais importantes conceitos intrínsecos a inclusão está no respeito e valorização das diferenças e na criação da igualdade de condições que promovam a participação de qualquer pessoa em toda e qualquer instância social. “A mudança do foco do problema do sujeito para a sua superação por meio do efetivo trabalho do grupo social faz erigir uma nova compreensão da deficiência/anormalidade como uma construção social”. (FERNANDES, 2013, p. 166). A escola inclusiva busca a superação das dificuldades, contempla e valoriza a diversidade em sua vasta dimensão, fazendo-nos pensar acerca do real sentido de deficiência.

De acordo com Omete (1987, apud MANZINI, 2000, p.12) no processo de inclusão

O conceito de deficiência começa a mudar o foco de compreensão e análise, de uma abordagem centrada no indivíduo, para uma abordagem social, em que as expectativas normativas, no que se refere ao funcionamento dos grupos sociais (a escola, entre eles), se sobrepõem às patologias ou diferenças individuais e específicas, entendendo assim, a deficiência como um fenômeno socialmente construído.

A educação tem sim o poder de transformar, valores, conceitos e atitudes. Mantoan concorda com Omete na importância e relevância que a escola exerce na promoção das interações e no desenvolvimento dos seres, pois, segundo a autora,

A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, motor, e afetivo dos estudantes. (MANTOAN, 2015, p. 40).

A inclusão não envolve apenas a afirmação de direitos da Pessoa com Deficiência na escolarização e em contextos comuns, a inclusão provoca mudanças no meio social, no desenvolvimento de atitudes e na compreensão do outro com suas características peculiares. “Com relação às atitudes, evidencia-se a necessidade de reverter à ótica de seres dependentes, incapazes e dignos de piedade à compreensão de que eles podem ser capazes e participativos”. (FERNANDES, 2013, p. 89). Compreender e respeitar a diversidade são os principais caminhos para transformação de uma sociedade excludente.

No Brasil, a educação inclusiva e a posição da escola frente esta abordagem, tem conquistado cada vez mais espaço na sociedade contemporânea. Diante dos referenciais que

apontam para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização do espaço passa a ser pensado, implicando mudanças estruturais e culturais, atendendo suas especificidades e promovendo a melhoria da qualidade. “Repensar a escola para facilitar a inclusão significa refletir sobre sua arquitetura física e pedagógica, bem como sobre seu papel social”. (GOMES, 2014, p. 20). A educação inclusiva enfatiza o ensino e a escola, bem como, as formas e os meios de proporcionar a aprendizagem, em vez de limitar-se as diferenças que determinados alunos apresentam.

Na escola inclusiva o processo educativo deve ser compreendido como um processo social, valorizando o indivíduo independente de suas capacidades ou incapacidades.

As políticas oficiais em nosso País reconhecem o processo de inclusão como uma ação educacional que tem por meta possibilitar o ensino de acordo com as necessidades dos indivíduos. Buscam permitir o fornecimento de suporte de serviços por intermédio da formação e da atuação de seus professores. (CUNHA, 2016, p. 23).

Segundo Gomes (2014) para se construir uma educação inclusiva é preciso ter clareza do processo de inclusão e conseqüentemente, este precisa ser planejado de forma contínua e gradativa. “Portanto, inclusão oferece aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos a não apenas os mais aptos”. (GOMES, 2014, p. 28). A educação inclusiva propõe repensar a educação comum com a finalidade de romper com paradigmas segregacionistas e excludentes oriundos de uma visão minimalista a respeito das capacidades da PcD.

A LDBEN (Lei 9.394/1996) se configura como um documento essencial que rege as bases da política educacional nacional, dentro da proposta de inclusão a mesma propõe que todas as unidades de ensino assegure ao seu alunado condições e situações para que possam desenvolver suas habilidades e avançar dentro processo de ensino, conforme reitera o documento Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. (BRASIL, 2010, p.13).

É importante estar atento que a inclusão não corresponde somente à realização a matrícula dos alunos com deficiência na escola. A inclusão engloba um conjunto de fatores, requer transformações, adequações e mobilizações não só do corpo docente e do espaço escolar, mas da comunidade em geral em prol dos princípios que a ancoram.

CAPÍTULO 4

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação e o trabalho docente vêm apresentando mudanças significativas ao longo dos anos. Até metade do século XX o profissional docente era avaliado por suas características pessoais mediante a inter-relação com a aprendizagem dos alunos. A partir de 1970 esse viés sofre transformações importantes, e as características pessoais do professor deixam de ser elemento primordial, focalizando agora os estudos no método da prática pedagógica, na análise de sua atuação docente, fazendo com que as preocupações passem a girar em torno das tomadas de decisões realizadas no seu desenvolver pedagógico.

Borges (2013) pontua que no século XX surgem importantes discussões em torno da melhoria da qualidade da educação e na forma como o ensino era ministrado. Essas discussões buscam promover a qualidade e equidade sugerindo um processo de redemocratização da educação. Segundo o autor essa redemocratização seria importante por promover transformações no cenário do país que contava com grande número de analfabetos.

Por conseguinte, o final do século XX foi marcado pela defesa da construção de uma escola para todos, junto à busca da melhoria da qualidade de educação ofertada. Entretanto, recordamos que, na década de 1940, o direito à educação foi fortemente garantido pela Declaração Universal de Direitos Humanos (Art. 26.1). Tal bandeira adveio da detecção, por organismos internacionais, da existência de elevado número de analfabetos no Brasil, principalmente entre as pessoas do sexo feminino e com deficiência. Havia também grande número de pessoas com baixo nível de escolaridade. Até que apareceram os movimentos de pais e da sociedade civil em geral, exigindo escola para todos e não somente para alguns. (BORGES, 2013, p. 36).

Com isso, surge também uma reflexão sobre a atual situação das escolas e do processo educativo, exigindo o desenvolver de metas e ações que pudessem transformar essa realidade. De acordo com os autores Parente, Valle, Mattos (2015) foi somente a partir de 1980 que a formação de professores passou a ser pensada de forma mais categórica, exigindo deste profissional um caráter político, uma mudança na sua práxis pedagógica e um comprometimento maior com as camadas mais populares da sociedade.

Na década de 1980, os professores foram colocados no centro do movimento de redemocratização, e a questão de seu papel na educação e na política estava nas bases da reforma da educação. Com relação à sua formação, a reflexão sobre a prática para a construção de novas práticas - a denominada "práxis pedagógica" - inspirava as propostas formativas nos cursos de formação de professores, da graduação à pós-graduação, e ainda possibilitava, pela convivência coletiva, a formação da consciência profissional e o compromisso com uma educação pública de qualidade. (PARENTE, VALLE, MATTOS, 2015, p. 20-21).

As reformas educacionais que vem sendo instituídas desde o século passado tem exigido cada vez mais uma transformação no perfil do educador estabelecido ao longo do tempo. Para atender as exigências de uma nova era é requisitado um profissional dinâmico capaz de transformar não só o espaço escolar e a educação, mas a própria sociedade.

Nas últimas décadas do século XX a formação docente ganha uma nova face, passa a buscar a valorização dos saberes e das experiências que os educadores devem constituir, a fim de que possam efetivar-se como verdadeiros profissionais da educação.

Quando se trata de educação para todos são inúmeros os desafios enfrentados na efetivação da política nacional de educação inclusiva, com destaque para a falta de profissionais devidamente qualificados. Inclusive esta tem sido uma temática bastante discutida em prol da garantia da qualidade da educação.

A discussão sobre Formação de Professores está intrinsecamente relacionada com a discussão sobre a boa qualidade de ensino e a inclusão educacional e social, pois são conceitos interdependentes. Uma escola de boa qualidade deve ser comprometida com o processo de ensinar bem e fazer aprender a todos e a todas, independente das diferenças que possuam. (BORGES, 2013, p. 33).

As mudanças requeridas para o desenvolver de um padrão de qualidade da educação implicam grandes desafios à educação brasileira. As políticas públicas, a ampliação dos direitos sociais e as políticas educacionais têm buscado mudar os rumos do ensino em termos de padrão de qualidade e equidade, o que faz com que a formação de professores e a própria organização do ensino assumam papéis importantes frente às políticas educacionais e no desenvolver de práticas inclusivas para assim, alcançar um nível de qualidade.

É importante destacar que a formação não é algo inerente ao fazer pedagógico. A formação surge nos cursos de graduação e nas próprias licenciaturas, no entanto, é imprescindível saber que é no trabalho pedagógico que ela se aperfeiçoa e delinea o perfil do profissional. *Romanowski (2007, p. 140) concorda que*

Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em continuum, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e mercado de trabalho; continua ao longo da carreira do professor pela reflexão constante sobre a prática, continuidade de estudos em cursos, programas e projetos.

Os autores Miranda e Galvão Filho (2012) concordam com *Romanowski* sobre a relevância da complementariedade dos estudos após a graduação, a busca inconstante pelo saber no aperfeiçoamento de seu fazer pedagógico e enfatizam ainda a importância e a necessidade da formação continuada para a qualidade do ensino e no atendimento a diversidade.

A formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade. (MIRANDA, GALVÃO FILHO, 2012, p. 32).

A formação deve ser um elemento permanente e integrado ao cotidiano, não só do professor como da própria unidade de ensino. *Romanowski (2007, p. 140) mais vez destaca que “a formação continuada é uma exigência para os tempos atuais”.* Até muito recentemente acreditava-se que para o exercício da profissão docente somente a habilitação em magistério seria o suficiente. Hoje vive-se uma realidade totalmente diferente. O professor deve estar em constante aperfeiçoamento, consciente que além de uma boa formação geral, lhe é necessário competências específicas e total conhecimento de sua identidade profissional.

A escola por sua vez deve ser concebida como um espaço de formação capaz de oportunizar novos saberes oriundos da análise das próprias ações ali desenvolvidas. Por isso, é tão importante o questionamento de como o modo e as ações pedagógicas, podem de uma forma ou de outra, balizar estas ações e interferir na formação do corpo docente.

No Brasil a Portaria nº 1.793/94 considera a necessidade de complementação dos currículos de formação docente e de outros profissionais para atuarem na Educação Especial. (BRASIL, 1994). Hoje com o foco nas práticas de inclusão este constante aperfeiçoamento torna-se indispensável aos currículos docentes. A resolução do Conselho Nacional de Educação que designa as Diretrizes Curriculares para Educação Básica faz uma importante referência à inclusão e a formação de professores.

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26).

Dessa forma fica evidente que, conforme orientam os documentos, durante a graduação os futuros docentes devem desenvolver competências e habilidades que favoreçam as práticas inclusivas em todas as etapas e modalidade de ensino, buscando sempre um enriquecimento pedagógico constante.

Diante das novas exigências da sociedade e do processo de inclusão tem se questionado o papel do professor e da escola frente às atuais demandas sociais, exigindo uma forma de organização que englobe as mudanças e que contemple as necessidades sociais de seu tempo. Nas palavras de Mantoan (2015, p. 81) “formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”.

Talvez o desafio fundamental que emerge das propostas de educação inclusiva para a formação de educadores seja justamente o de se repensar e ressignificar a própria concepção de educador. Isto porque, se o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de “contextos” educativos que potencializem a constituição de diferenças e a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não simplesmente

na transmissão e na assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotípicos [...]. (FÁVERO, FERREIRA, IRELAND, BARREIROS, 2009, p. 85).

Os professores aptos a desenvolverem um trabalho pedagógico eficiente, são aqueles que estão sempre em constante aperfeiçoamento, buscando o desenvolvimento de competências que possam lhe auxiliar na identificação das reais necessidades de cada aluno e o desenvolver de estratégias de flexibilização e de possíveis adaptações de sustentação para o alcance de uma educação inclusiva.

Ainda segundo Mantoan (2015, p. 81) “a formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda”. A formação de professores é essencial para o alcance de uma escola inclusiva, contudo, esse processo deve estar além de conteúdos técnicos devendo, pois, ser agente transformador social e cultural que desenvolva uma atuação crítica se constituindo numa abordagem necessária, a fim de transformar comportamentos.

Fernandes (2013, p. 215) nessa mesma linha de pensamento acrescenta que

Não basta que o professor seja sensibilizado e conscientizado da necessidade da inclusão, é necessário que sua formação continuada possibilite situações de análise e reflexão sobre suas próprias condições de trabalho e suscite novas possibilidades de mediação no que se refere a prática pedagógica com diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas.

Não basta saber lidar e reconhecer a diversidade, é necessário estar em constante questionamento, problematizando, buscando um conhecimento histórico e social dos meios em que se manifesta, a fim de que se possa efetivar uma prática educacional comprometida com a realidade. O professor deve estar apto e qualificado para entender as novas demandas da sociedade e não somente ser um profissional engajado a restrita tarefa de transmitir conhecimento.

4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ADEQUAÇÕES CURRICULARES

O fenômeno educativo se dá de forma diversificada. Apresenta-se de maneira multifacetada, sendo caracterizado como um fenômeno humano, histórico e multidimensional. Neste fenômeno estão intrínsecos a dimensão humana, técnica, cognitiva, emocional, sócio-política e cultural, pressupondo uma transformação e contínuo desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Muitas são as dificuldades enfrentadas rotineiramente pelos professores diante do processo de inclusão, seja pelas barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e etc., como também pelas barreiras didático-pedagógicas. Estes são alguns dos principais motivos para

se discutir a relevância do currículo e das adaptações curriculares no processo de inclusão, sobretudo, no acolhimento a diversidade dentro do processo ensino aprendizagem.

Diante das dificuldades na implementação de propostas para o alcance de uma escola para todos Heredero (2010) ressalta mudanças em todos os ambientes e aspectos que compõe o universo escolar, como forma de viabilização para que se consiga atingir o objetivo maior que é fazer com que os alunos que apresentam deficiências consigam aprender dentro da proposta de inclusão.

Assim, a implantação de propostas com o intuito da construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, etc. com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos. (HEREDERO, 2010, p. 197).

A prática docente em sala de aula estar interligada com as metodologias educacionais ali desenvolvidas, como também com a estruturação do currículo. O currículo é um importante instrumento que interliga e norteia as diversas ações que demandam o ato educativo, como os princípios gerais que o delimitam, seja na estrutura operacional, educacional, na própria ação pedagógica, no planejamento e no desenvolver de ações, assim também, como nas condições e na realidade da sala de aula. Coelho (2006, p. 46) cita que “essa concepção curricular está intimamente ligada à educação que se almeja conquistar. Sendo assim, o currículo assume um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e expectativas da comunidade escolar [...]”.

Dentro do contexto escolar o currículo se caracteriza como um elemento de construção social para efetivação do conhecimento constituindo os conteúdos e as abordagens pedagógicas. Sua principal função é balizar as ações educativas garantindo o alcance de metas e objetivos estipulados. Com as mudanças provenientes da sociedade é exigido um novo currículo, como elemento que acompanhe e reflita as necessidades e as ascensões sociais, externando a nova face da escola, da educação e do próprio sujeito o qual se educa.

Fernandes (2013, p. 161) defende que “o currículo deve ser apropriado como um instrumento para a realização de um projeto educacional dinâmico e comprometido com a diversidade e singularidades na apropriação do conhecimento científico pelos alunos que compõem o tecido social da escola”.

Diante do enunciado acima pode-se dizer que grande parte das escolas tem mantido um olhar equivocado na interpretação e no próprio desenvolver do currículo, traçando caminhos, selecionando conteúdos de forma padronizada e fragmentada, deixando a parte as reais necessidades de seu alunado. De forma mais ampla pode-se dizer que esta padro-

nização não tem o aluno como centro do processo ensino aprendizagem, por não externar e não privilegiar suas necessidades e não refletir sobre sua realidade.

Coelho (2006, p. 47) defende que a construção “da escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos”. Um currículo que não tem o aluno como centro do processo educativo, que não dá ênfase as suas particularidades, tornam o professor apenas um transmissor do conhecimento, fazendo com que os alunos não se sintam parte do processo acadêmico.

Nessa nova era o currículo deve ser um instrumento vivo e dinâmico, que envolve a participação de todos, sendo produzido a partir das relações e da cultura vivenciada no ambiente escolar. Portanto, sendo o centro educacional escolar um espaço de diversidade, de encontros de culturas, de sujeitos singulares, é totalmente contestável o desenvolver de um currículo único e soberano.

Partimos do princípio de que o conhecimento sistematizado pela educação escolar, manifestado no currículo, deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, independentemente das diferenças sociais, culturais e pessoais que os identificam. No entanto, a concretização de currículos abertos e flexíveis não se faz descolada da realidade concreta na qual esse projeto é gestado. (FERNANDES, 2013, p. 173).

Uma escola onde os indivíduos convivem com a diversidade exige um currículo que fomenta o ensino segundo os saberes históricos e a realidade de seu alunado. Uma escola que reconhece e valoriza a diversidade, tem certificação e reconhecimento que todos os seus componentes são diferentes entre si, e a partir desse reconhecimento passa a considerar as singularidades e especificidades de cada aluno, entendendo que todos aprendem de uma maneira diferente e dentro de seu tempo.

Para que possa haver uma participação integral de todos os educandos com ou sem deficiência, em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, deve-se levar em consideração a preparação e dedicação da equipe docente, bem como prestar apoio adequado e fazer o uso de recursos especializados, quando se fizerem necessários, estabelecendo uma relação de harmonia entre as necessidades de seus educandos e os conteúdos curriculares.

Segundo Coelho (2006, p. 49)

As necessidades especiais revelam o tipo de ajuda que são requeridos, de modo a cumprir as finalidades da educação. A resposta a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adequação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível e considere as especificidades que as necessidades possam requerer.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica faz uma ressalva das dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar, que por vezes se manifestam de forma simples e outras mais complexas, podendo ser algo provisório ou permanente, exigindo estratégias adequadas para que o educando tenha de fato acesso ao currículo. “Atender a esse currículo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos”. (BRASIL, 2001, p. 58). Coelho (2006, p. 48) coloca ainda que é importante “[...] que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado as peculiaridades dos alunos [...]”.

De acordo com Heredero (2010) trabalhar com adaptação curricular é buscar desenvolver formas que atendam as individualidades ao mesmo tempo em que permite que todos possam participar e aprender os mesmos conhecimentos.

Adaptações Curriculares de Acesso ao Currículo são ajustes graduais que se promovem no planejamento escolar e pedagógico, bem como nas ações educacionais, em resposta às necessidades educacionais especiais de alunos. As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não é um novo currículo, mas sim um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. (HEREDERO, 2010, p. 200).

As adequações curriculares pode ser entendida como uma ação pedagógica que tem como objetivo a flexibilização do currículo para conceder respostas educativas que contemplem as necessidades de cada aluno dentro do contexto escolar. “As adaptações são concebidas, então, como instrumento que pode e deve tratar de avançar no desenvolvimento geral de cada pessoa”. (HEREDERO, 2010, p. 199).

Se caracterizam como uma maneira de se atender as especificidades dos alunos, contemplando suas variações, privilegiando suas potencialidades no favorecimento da construção do conhecimento. Heredero (2010) considera ainda que podem ser instituídas adaptações curriculares ações

[...] que pretendem, mediante a aplicação do princípio de inclusão de todos, oferecer a esses alunos a máxima oportunidade de formação possível no contexto de sua escola, assim como dar uma resposta, através do princípio de atenção à diversidade, às necessidades que manifestam em seu processo educativo. (HEREDERO, 2010, p. 198).

O movimento de inclusão incita a escola a se transformar, mudar seus moldes, suas práticas pedagógicas, seu currículo e seu próprio espaço. Dessa forma é notável a importância que a elaboração de um currículo e suas adaptações exerce sobre o desenvolver da ação pedagógica e na aplicação de práticas e atitudes inclusivas, sendo este o principal

eixo de mudança para reforma educacional. Porquanto, o currículo traduz e concretiza a orientação geral do sistema de educação.

4.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE

A educação Especial exerce um papel fundamental na eliminação de barreiras ou qualquer outro empecilho que possa dificultar ou até mesmo extinguir o direito a educação e a cidadania de pessoas que apresentam algum tipo de impedimento, seja de curto ou longo prazo. É, portanto, “[...], uma modalidade de ensino perpassa, como complemento ou suplemento todas as etapas e os níveis de ensino básico e superior”. (FÁVERO, PANTOJA, MANTOAN, 2007, p. 29). É acima de tudo, uma forma de garantir a inclusão de alunos com altas habilidades, transtornos globais, etc. dentro do sistema de ensino regular.

Dentro da perspectiva inclusiva Zaqueu (2012) chama atenção para a importância do atendimento educacional especializado e para forma como este deve estar alinhado com os objetivos da escola no alcance de uma educação de qualidade.

É importante ressaltar que o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, e envolver a participação da família para garantir o pleno acesso e participação dos estudantes, atender as necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (ZAQUEU, 2012, p. 28-29).

É importante salientar que o AEE não pode ser usado como complemento ou reforço das atividades escolares. “Essa modalidade deve disponibilizar um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio aos alunos com deficiência, proporcionando-lhes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um”. (FÁVERO, PANTOJA, MANTOAN, 2007, p. 29). Deve ser concebido como um espaço de disponibilização que contém todos os recursos que podem ser utilizáveis pelo educador na garantia da efetivação da aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado é uma inovação no campo pedagógico proposto pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva. O AEE garante que o aluno com deficiência seja assistido segundo suas especificidades em espaços comuns de aprendizagem, totalmente incluso a proposta de ensino da unidade escolar. De acordo com Fávero, Pantoja, Mantoan (2007, p. 29) “o Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência”. O AEE proporciona ao aluno com deficiência acesso a recursos pedagógicos acessíveis que garanta maior participação no processo de ensino e um melhor desenvolver de suas habilidades. “Esse atendimento complementa e/ou

suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela”. (BRASIL, 2009).

Segundo a Resolução Nº 4, de 2 de Outubro de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica em seu artigo 2º, está explícito as principais funções do AEE no ensino.

Art. 2º “O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. (BRASIL, 2009).

A Resolução nº4/2009 também indica os grupos e faz importantes menções a respeito de suas características e definições de contemplação no Atendimento Educacional Especializado. O quadro a seguir retirado da obra de Fernandes especifica estes grupos e conceitua-os de acordo com o proposto pela Legislação.

Quadro 1- Grupo de alunos para Atendimento Educacional Especializado

Grupos indicados	Definição
I- Alunos com deficiência	Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
II- Alunos com transtorno globais do desenvolvimento	Aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
III- Alunos com altas habilidades/superdotação	Aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Fonte: (FERNANDES, 2013, p.145.)

No contexto inclusivo as classificações e as definições são importantes por nortear e orientar as políticas e os projetos no desenvolvimento de um sistema educativo que atenda as necessidades de seu público. Contudo, as condições e definições que contemplam o público alvo da educação especial devem ser contextualizadas entendendo que essas especificações passam por transformações e não se resumem à mera categorização.

Fernandes (2013, p. 144) compreende que

Com essa perspectiva, parte-se do pressuposto de que as definições e o uso de classificações para se referir a grupo de alunos não devem se esgotar na especificação atribuída a quadros de deficiência ou outras patologias, pois as pessoas são transformadas pelo contexto social em que se inserem e uma atuação pedagógica adequada pode alterar uma situação de exclusão inicial.

Dentro da proposta de uma educação inclusiva a principal função da escola é proporcionar experiências e aprendizagens significativas a todos os grupos sem fazer-lhes distinções, fazendo com que todos os alunos possam sentir-se de fato parte do contexto escolar. “Como você pode perceber, a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ocorre pela integração das responsabilidades entre contexto comum e especial”. (FERNANDES, 2013, p. 148).

A educação inclusiva implica grandiosas transformações, exigindo uma reconstrução, uma reinvenção do espaço escolar para atender a diversidade de seu alunado e buscando uma ressignificação de imagens na modificação de estigmas e adequações no tratamento de seu público.

Quando se trata de educação inclusiva há a urgente necessidade de extinguir barreiras, de reorganização, transformação e adequação de ambientes, de flexibilização curricular e inúmeras outras condições que possam favorecer e acolher o aluno e suas especificidades, entendendo que os objetivos da educação devem ser idênticos a todos os alunos, independente de suas singularidades. O objetivo maior é fazer com que todos se desenvolvam atingindo o máximo de suas potencialidades e que possam tornar-se cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

CAPÍTULO 5

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A expressão mercado de trabalho refere-se às diferentes formas de trabalho existentes. Dentro deste contexto, predomina diversas relações, como: oferta e demanda, quantidade de vagas de emprego e a parcela de trabalhadores dispostos a vender sua mão de obra. “O mercado de trabalho é um dos cinco mercados que a macroeconomia normalmente divide a economia” (BACHA, 2004, p. 199). Sendo, pois, uma prática transformadora responsável pela sobrevivência e realização do ser humano.

A diversificação da estrutura econômica existente na sociedade amplia as possibilidades de participação das pessoas no mercado de trabalho. A diversificação econômica contribui ainda, “[...] para a incorporação de indivíduos cujas habilidades não eram requeridas pelo mercado em momento pretérito, quando era relativamente mais restrita a diversificação do mercado”. (OLIVEIRA, 2006, p. 25). Essa diversificação é importante não somente para o cenário empresarial como também para sociedade diante promoção da igualdade de oportunidades.

Ainda de acordo com Oliveira (2006, p. 24), “É preciso reconhecer que o debate acerca do mercado de trabalho é sempre carregado de polêmica, pois as políticas vinculadas têm efeitos importantes sobre a atividade econômica e condições de vida da população”. É caracterizado também, como um espaço onde as relações ali estabelecidas modificam-se continuamente.

O trabalho certamente tem a função de transformar o meio social e contribui de forma única para formação dos indivíduos na construção da concepção do homem como ser humano e no estabelecimento de suas relações. De forma abrangente pode-se dizer que o trabalho é um fator propulsor para a dinâmica das relações e dos elos existentes na sociedade.

O trabalho também é uma possibilidade de inserção social, devido ao encontro do trabalhador com muitos outros dentro do mesmo espaço ou fora dele, deixando de ser apenas uma atividade para ser também uma forma de relação social. Participar desse mundo social possibilita o aprimoramento da subjetividade, pois tornar visível o saber-fazer, a inteligência e a experiência de trabalhar é uma forma de obter o reconhecimento dos outros, receber o julgamento dos outros. Para deixar de ser invisível e ser reconhecido, o trabalhador precisa estar em cooperação com seus pares. (LIMA, et al. 2013, p. 49).

Durante muitos séculos as PcD foram totalmente exclusas da vida ativa em sociedade. Dentro do mercado trabalho a PcD foi e ainda é vista como um ser incapaz e improdutivo, sem uma análise de sua condição individual, com base apenas em suas limitações e nos obstáculos que a cercam. Nas palavras de Fonseca (2005, p. 20) “a ignorância generalizada sobre as competências das pessoas com deficiência impede-lhes o acesso às condições mínimas de cidadania [...]”, fato que reflete diretamente no mercado, um setor que em

grande parte analisa sua mão de obra com base justamente nas limitações, sem buscar um aprofundamento das qualificações e aptidões dos candidatos com deficiência.

Bortman et. al (2015) assim como Lima citado acima, entende a inclusão como uma política de responsabilidade, sendo o mercado de trabalho um dos maiores e mais importantes dos setores para a vida e para as relações humanas sendo, portanto, um dos principais meios para se promover a inclusão.

Portanto, pode-se dizer que, incluir uma pessoa com deficiência significa torná-la participante da vida social, econômica e política e assegurar o respeito aos seus direitos. O trabalho é uma das principais formas de inclusão social. É importante ressaltar que a inclusão no trabalho é um processo gradual, com avanços e possíveis retrocessos, que precisa contar com a ativa participação de diversos atores sociais. (BORTMAN et. al, 2015, p. 21).

O trabalho é uma das grandes conquistas ao direito de ser cidadão. Diante das novas faces da sociedade se faz necessário um rompimento com ideais paradigmáticas, sendo essencial repensar o modelo vigente, abrindo espaço para o processo de inclusão.

Fonseca (2005) faz uma menção importante acerca do direito ao trabalho fundamentado em princípios e regras que orientam as condições de trabalho, e sua ineficiência diante da contemplação das diversidades.

O Direito do Trabalho veio como o primeiro instrumento jurídico que tratou da igualdade substancial, visto que o confronto direto entre capital e trabalho evidenciou a insuficiência da mera afirmação formal de que todos são iguais perante à lei. Suas bases axiológicas possibilitaram o lançamento dos alicerces das ações afirmativas que são as mesmas, na medida em que as confirmam e reproduzem, voltadas agora para grupos menores, cuja projeção corta verticalmente as forças em conflito. (FONSECA, 2005, p. 21-22).

Esse instrumento, no entanto, não foi algo capaz de concretizar os princípios de igualdade social, como afirma o autor. Apesar de ainda haver um longo caminho acerca da concretização da justiça social e da igualdade de oportunidades, algumas políticas públicas já foram lançadas a fim de promover a igualdade de direitos e igualdade de condições.

No que concerne ao direito e proteção a Pessoa com Deficiência a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi importante por fixar a garantia destes direitos ao promover um tratamento igualitário entre os indivíduos. De acordo com Bortman et. al (2015) a Constituição Federal estabeleceu princípios e garantias fundamentais no restabelecimento dos direitos individuais e sociais como educação, trabalho e saúde. Fonseca (2005, p. 22) enfatiza ainda que “A Constituição de 1988 é a primeira Carta Constitucional que enfatiza, sobremaneira, a tutela da pessoa com deficiência no trabalho”.

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, trouxe o assunto em seu Capítulo II - Dos Direitos Sociais, que estabeleceu a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (Art.7º Item XXXI, além das competências de

União, Estado, Distrito Federal e Município em relação ao cuidado das pessoas com deficiência. (BORTMAN et. al, 2015, p. 19).

Mas foi somente nos anos de 1990 que velhas ideias assistencialistas deixaram de prevalecer devido às discussões em torno do processo de inclusão. A declaração de Salamanca e a Declaração Mundial de Educação para Todos, são importantes marcos frente a este movimento, por implementar políticas públicas em prol da inclusão e garantia dos direitos da PcD tornando-as mais fortalecidas e contribuindo para produção de materiais e tecnologias que auxiliam na inclusão social destes.

Posteriormente segundo Bortman, et al. (2015) houve a promulgação de vários instrumentos legais em âmbitos federal, estadual e municipal, que tinham como objetivo a proteção da pessoa com deficiência e sua inclusão no mercado de trabalho.

Dentre eles, a ratificação da Convenção 159[...]; a Recomendação 168 da OIT, que trata da reabilitação profissional e o emprego de pessoas portadoras de deficiência; a Lei Nº 7.853/1989, que estabeleceu normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais da pessoa portadora de deficiência e sua integração social, posteriormente regulamentada pelo Decreto Nº 914/1993, que instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – a qual ampliou as oportunidades das pessoas com deficiência e reconheceu que as desigualdades têm origem em todos os setores sociais – e adotou o princípio de cotas. O Decreto Nº 914 foi alterado pelos Decretos 3.298/1999 e 5.296/2004 e a Instrução Normativa 98, que detalharam as ações e as diretrizes referentes à pessoa com deficiência, em relação ao acesso a saúde, educação, habilitação, reabilitação profissional, trabalho, cultura, desporto, turismo e lazer. Em 2009, o Decreto 6.949 promulga a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (BORTMAN et. al., 2015, p. 19).

Todos estes documentos reafirmam os direitos da Pessoa com Deficiência em todos os âmbitos, e ainda assim estes sofrem com discriminação, segregação, etc., além de não terem seus direitos respeitados. “É necessário atuar desenvolvendo estratégias que visem incluir a pessoa com deficiência e, em última análise, proporcionar o exercício real da cidadania”. (BORTMAN, et al., 2015, p. 21). A conscientização e o combate ao preconceito são dois caminhos importantes na transformação dessa realidade.

5.1 LEI DE COTAS- LEI 8.213/91

Ações afirmativas se caracterizam como políticas públicas que dão voz e visibilidade a grupos considerados minoritários, que vivem a margem da sociedade e que sofrem, portanto, algum tipo de discriminação. Seu principal objetivo gira em torno da inclusão e da promoção igualitária de acesso e oportunidades.

Em 1991 houve a implementação da Lei de Cotas- Lei 8.213/91 que representa uma ação afirmativa que determina a obrigatoriedade das empresas destinarem um percentual de suas vagas de contratação a pessoas que possuem algum tipo de deficiência, visando

combater a discriminação e promover o acesso da PcD ao mercado de trabalho. “Documentos como este se configuram em uma tentativa de garantir a inclusão das pessoas com deficiências no mercado de trabalho, por meio de uma política de inclusão e de dispositivos legais que a assegurem”. (PEREIRA-SILVA, FURTADO, 2012, p. 96).

De acordo com os autores Féres Júnior, Campos, Daflon, Venturine (2018) cotas são ações afirmativas que tem como principal objetivo promover o acesso a grupos minoritários as diversas oportunidades existentes na sociedade.

Cotas correspondem à reserva de uma porcentagem ou número fixo de postos disponíveis a serem preenchidos por beneficiários pertencentes a determinado grupo, enquanto a ocupação dos postos ou vagas restantes decididas de acordo com as formas tradicionais de competição. (FÉRES JÚNIOR, CAMPOS, DAFLON, VENTURINE, 2018, p. 19).

A Lei de Cotas se faz importante por garantir a total inclusão da PcD no mercado de trabalho com a obrigatoriedade das empresas que possuem mais de 100 funcionários a preencherem uma parcela destes cargos com a contratação destas. De acordo com o Artigo 93 da Lei 8.213/91, as empresas que dispõem de um quadro de funcionários com mais de 100 colaboradores devem dispor de vagas para pessoas com deficiência na proporção abaixo:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

Lima et. al (2013) classifica que a lei é importante por desfazer desvantagens e por apregoar a equiparação de oportunidades, além de possibilitar que gozem dos direitos que lhes são atribuídos na Constituição Federal.

A força da lei que obriga as empresas a contratar pessoas com deficiência propiciou um cenário marcado pela coexistência de realidades diferentes, pois o acesso ao trabalho formal, antes reservado apenas para o trabalhador física e mentalmente ‘normal’, também é direito das PcD. (LIMA et. al, 2013, p.51).

Fonseca (2005, p. 22) faz uma ressalva da importância da lei na contratação da PcD, pois segundo o mesmo “estes dispositivos são de vital importância, como se vê, pois a nação brasileira assume o compromisso de admitir pessoa com deficiência como trabalhador, desde que sua limitação física não seja incompatível com as atividades profissionais disponíveis”. Devido à forma estrutural como a sociedade se compõe os mecanismos da lei são fontes

importantes da implementação de mudança, já que apenas o trabalho de conscientização do respeito e valorização do outro diante de suas especificidades ainda não é capaz de obter as transformações desejadas.

Entretanto, para contratação de um Pessoa com deficiência é necessário cuidado e cautela e acima de tudo muita responsabilidade. Bortman et. al. (2015) faz algumas considerações em torno da contratação da PcD enfatizando que

O sucesso da contratação da pessoa com deficiência depende de um bom planejamento, uma vez que este é o primeiro contato de um (a) candidato(a) com a instituição. É nessa fase que se pode inferir se diversidade e inclusão são, de fato, valores cultivados, ou não. Por isso, todos os cuidados devem ser tomados para se demonstrar o compromisso da organização com a inclusão responsável. (BORTMAN et. al, 2015, p. 27).

A contratação da PcD deve ser uma decisão tomada com muita seriedade e compromisso, visando empregar um colaborador eficaz e eficiente para o desenvolvimento da função tornando-a parte integrante da empresa e não apenas para o exercício da lei. Para isso em tempos em que a diversidade e a sustentabilidade são consideradas valores, é preciso que os profissionais de saúde e segurança compreendam seu papel nesse processo. Por isso, cabe ao RH na avaliação dos candidatos, deixar de ser um mero selecionador e atuar de forma ativa para a inclusão de pessoas diferentes. (BORTMAN, et al. 2015). Para o ato empregatício da Pessoa com Deficiência é necessário estar além da lei. É muito importante a garantia das condições adequadas no recebimento desse colaborador e na inclusão deste junto ao quadro de funcionários da empresa.

5.2 AS DIFICULDADES NA CONTRATAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Na atualidade com o processo de inclusão e a criação da Lei de Cotas é cada vez mais crescente a cobrança para que as organizações empresariais adotem práticas e medidas conscientes, exigindo das mesmas, novas condutas com missão e valores que visem não apenas a obtenção do lucro, mas uma postura de responsabilidade social diante da comunidade que opera.

Nas empresas com responsabilidade social a contratação de pessoas com deficiência não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas de efetiva inclusão social, integrando um programa bem estruturado de capacitação, recrutamento, seleção, contratação, e desenvolvimento de pessoas. (FONSECA, CÉSAR, OLIVA, 2020, p. 97).

Todavia, como ressaltou os autores a contratação da PcD não deve ser vista apenas como obrigatoriedade, mas deve ser um ato de responsabilidade que proporcione a efetiva

inclusão social, exigindo das empresas mudanças na sua organização e no seu desenvolvimento.

A inclusão efetiva da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho tem sido um dos maiores desafios da contemporaneidade. Segundo o site Guiaderodas (2020) “em 2018, um estudo da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho) apontou que existiam 7 milhões de pessoas com deficiência aptas ao mercado de trabalho, mas que apenas 486 mil (7%) estavam registradas em emprego formal”. Os dados mostram uma porcentagem muito baixa de contratação mesmo com a obrigatoriedade da empregabilidade garantida por lei.

Vários são os fatores que contribuem para não contratação da Pessoa com Deficiência. O preconceito é um desses entraves. Geralmente associado à falta de conhecimento, interpretando a deficiência como uma doença e o próprio ser como alguém incapacitado, limitado e improdutivo. Fonseca, César, Oliva (2020, p.79), concordam que

Ademais, em uma sociedade cada vez mais globalizada e competitiva, infelizmente, ainda são muitos os preconceitos contra as pessoas com deficiência, notadamente quanto à desconfiança de suas reais capacidades/habilidades para ocuparem postos de trabalho. Porém, quem assim pensa está totalmente desconectado da realidade, já que essas pessoas têm grande capacidade de adaptação às adversidades e às necessidades de um mundo globalizado, como mostram suas histórias de vida.

Esse julgamento equivocado colabora para o processo de exclusão e marginalização da PcD. Outro fator que corrobora com esta situação é a falta de qualificação profissional. Segundo Matias (2018, p. 363) “de início uma das maiores dificuldades enfrentada pelo empresariado brasileiro nessa trajetória de inclusão é a falta de qualificação profissional baixa ou nenhuma escolaridade dos deficientes”. A falta de uma boa formação dificulta o processo de inclusão. Diante disso, cabe às escolas desenvolver um trabalho com princípios e metodologia que favoreça o crescimento pessoal e profissional desse indivíduo. Fonseca, César, Oliva (2020, p. 98) complementam que “as pessoas com deficiência devem receber a educação profissional necessária para que, com os instrumentos adequados, possam superar as limitações e integrarem plenamente o mercado de trabalho”.

Outro fator que compromete a entrada da PcD no mercado de trabalho é o recebimento de auxílios. “Na maioria das vezes, as pessoas com deficiência que recebem benefício preferem complementar a sua renda com atividades informais ao invés de procurar um trabalho com registro em carteira, já que nesse caso perderiam o direito à pensão”. (MATIAS, 2018, p. 363). Devido essa assistência concedida pelo Governo muitos procuram não se submeter a um trabalho formal por medo do cancelamento do benefício, o que prejudica até o cumprimento da lei de Cotas por parte das empresas. Diante disso,

é interessante pensar nos desejos da PcD, suas dificuldades e os motivos que a tornam dependentes econômicos da assistência governamental, para que assim, possa se lançar estratégias eficientes para contratação formal.

Além dos fatores citados acima a discriminação e a superproteção da própria família é outro ponto que merece destaque. Matias (2018, p. 364) cita que

um outro ponto que pesa como mais um obstáculo ao acesso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, é a discriminação, existindo várias formas, como a que vem da própria família, que por muitas vezes desconhecem e não sabem lidar com a deficiência, faltando assim informações para que possam buscar serviços que viabilizem os recursos que são pertinentes para a melhoria substancial da vida dessas pessoas, e consequentemente, afastando ainda mais a possibilidade de qualificação profissional.

A família deve consistir em um dos maiores apoiadores e incentivadores no desenvolvimento profissional e no reconhecimento das habilidades e potencialidades que as PcDs possuem. O ideal é buscar desmitificar essa cultura que pessoas com deficiência são indivíduos que não podem trabalhar ou que não possuem condições de participar ativamente da sociedade.

É importante ressaltar que a implementação de leis, de políticas públicas que garante o direito da Pessoa com Deficiência não são suficientes para transformar sua realidade. É necessária uma ação conjunta de todos os setores da sociedade na transformação de fatores que dificultam a inclusão social destes.

CAPÍTULO 6

METODOLOGIA

O ato de pesquisar se constitui em um conjunto de atividades que visa contribuir para a elaboração de novos conhecimentos em determinado segmento das organizações sociais. A pesquisa científica se caracteriza como um processo de investigação que se utiliza de bases científicas na construção de soluções para problemas do meio social. Ou seja, “Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”. (ANDRADE, 2010, p. 109).

A finalidade da pesquisa é, portanto, constituída através da ação básica da ciência no processo de investigar e transformar a realidade através de solução de problemas, de forma a produzir novos conhecimentos. É realizada através de uma investigação detalhada fundamentada em preceitos com objetivos bem estabelecidos para que o pesquisador possa entender e interpretar com seriedade e precisão os aspectos da realidade do qual investiga.

A seguir destaca-se o delineamento da pesquisa, seus métodos, sua qualificação, a definição de seu público-alvo, assim também, como os recursos utilizados para coleta de dados a forma de análise e interpretação destes.

6.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa tinha como finalidade discorrer sobre os avanços da Educação Inclusiva, assim como o papel da escola na formação, preparação e inclusão da Pessoa com Deficiência para o mercado de trabalho.

Qualifica-se como uma pesquisa básica sendo esta um tipo de pesquisa que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 51). O principal objetivo é poder contribuir com as publicações científicas já elaboradas, buscando propor uma melhor compreensão e ampliação do tema em questão.

Quanto aos procedimentos e fontes utilizadas para levantamento de dados e informações buscou-se embasamento a partir de materiais elaborados por outros autores, assim também, como documentos, arquivos públicos, leis e publicações que dão credibilidade e validade ao tema. Portanto, qualifica-se como uma pesquisa bibliográfica “[...] aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...]”, e documental onde “[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo, de outros tipos de documentos [...]”. (SEVERINO, 2013, p. 137).

Para o processo de investigação na perspectiva de atingir os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo, que segundo os autores Prodanov e Freitas (2013, p. 52) pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa no qual se “[...] observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”. Gil (2017, p. 32) ressalta ainda que “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Possui uma abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa de campo para a coleta de dados. A pesquisa de campo segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186) é um tipo de “[...] pesquisa utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Como método de coleta de dados utilizou-se de recursos metodológicos como a entrevista e o questionário para obtenção de informações que pudesse contribuir para o resultado final da mesma.

Ainda de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52)

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada.

De forma a compor uma amostra para levantamento de informações utilizou-se um subconjunto da população da unidade escolar composto por 1 diretora, 1 professora e 1 aluno com deficiência em condições de participar da pesquisa. Para tanto optou-se de amostras por acessibilidade ou por conveniência, que segundo os autores Prodanov e Freitas (2013, p. 98) “constituem o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo são destituídas de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo”.

Desse modo, a pesquisa realizada em uma escola no Município de Balsas-MA teve como objetivo fazer um levantamento de dados para estudo da forma como a unidade de

ensino vem trabalhando no alcance do desenvolvimento de habilidades e inclusão da PcD seja, no cotidiano escolar, na comunidade e de forma mais relevante no mercado de trabalho.

6.1.1 Coleta de Dados

Para coleta de dados como já mencionado acima utilizou-se de recursos como a entrevista e o questionário. A entrevista na concepção de Marconi e Lakatos (2003, p. 195) “é um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. A mesma ocorreu de forma padronizada onde se seguiu um roteiro previamente estabelecido. Quanto ao questionário é, portanto, um “[...] instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 201).

Para tanto, as perguntas que compunham os instrumentos de coleta de dados foram elaboradas com enfoque na problemática da pesquisa a fim de contribuir categoricamente para a elaboração de resultados. Quanto ao local de desenvolvimento da pesquisa buscou-se realiza-la em uma unidade escolar do município de Balsas- MA por compreender ser este um espaço referência no atendimento a jovens com deficiência.

Quanto ao público escolhido para fazer parte da pesquisa à seleção foi com base critérios práticos e claros, a partir de um minucioso planejamento no lançamento de estratégias eficientes com base no conhecimento e nas características apresentadas pelo público-alvo a participar. Para tanto, utilizou-se da entrevista com a diretora e com a aluna, com a professora foi utilizado um questionário contendo 9 perguntas abertas para que a mesma pudesse ser mais expressiva em suas repostas.

A escolha de participação da diretora era entender como a mesma rege e coordena o espaço escolar, concedendo meios, abrindo caminhos para as práticas transformadoras da inclusão, e no incentivo de seu corpo docente pela qualificação, buscando fazer a diferença não só no contexto escolar como na sociedade. Entender se a escola possui ou busca patrocínios e parcerias com empresas sejam elas públicas e/ou privadas e outros recursos de capacitação e implementação da PcD no mercado de trabalho.

A decisão de optar pelo professor como participante da pesquisa era entender como o mesmo desenvolve e amplia sua prática pedagógica para que seja realmente um educador que reconheça, valorize e consiga atender dentro do ato educativo a todos sem causar-lhes distinções. Buscando compreender se há desenvolvimento de projetos por parte da mesma

ou da unidade de ensino que contemple o movimento pela inclusão e a valorização das diferenças.

O terceiro integrante da pesquisa, o aluno com deficiência onde julga-se ser o componente mais importante, porque a partir de seu ponto de vista de suas perspectivas de desenvolvimento próprio, sua relação com a sociedade, com a educação e projeções futura, poderá se analisar se há coerência com as práticas ali desenvolvidas, repensar as estratégias e propor um olhar mais atento da escola para com todos os alunos e suas especificidades, caso a análise não seja coerente.

Com a manipulação dos dados e com os resultados a disposição foi utilizada as atividades de análise e interpretação dos mesmos. “A análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estritamente relacionadas [...]” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 167).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 167) “A análise (ou explicação). É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Sendo esta uma atividade realizada em 3 níveis: Interpretação, averiguação das reações entre as variáveis; Explicação, exposição da origem da variável; Especificação, tornar evidente os pontos de independência das relações. (MARCONI, LAKATO, 2003).

Quanto a Interpretação Marconi e Lakatos colocam ainda que esta “é uma atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo as respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 168).

6.2 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Professor Luís Rêgo, centro educacional que já atua há 89 anos sendo referência no atendimento educacional prestado à sociedade e no atendimento a jovens com deficiência. A unidade escolar possui 19 salas de aula e atende média 850 alunos nos três turnos matutino, vespertino e noturno. Hoje a escola atende 10 alunos com deficiência distribuídos nos três turnos em que atua.

A unidade conta com uma sala de recurso multifuncional para atendimento Educacional Especializado. Para atendimento do público-alvo do AEE a escola recebe-os no contra turno exatamente como afirma o Conselho Nacional de Educação mediante a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Art. 5º- O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da

escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias [...].

A gestora da referida escola atua há 26 anos como profissional da educação, 18 destes dedicados a diretoria da Unidade Professor Luís Rêgo. É pedagoga pós-graduada em administração e supervisão escolar.

CAPÍTULO 7

**A APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

A finalidade deste capítulo é apresentar o processo de ensino aprendizagem como eixo primordial na formação profissional da Pessoa com Deficiência. Demonstrando como a qualidade social da educação juntamente com a organização e administração do espaço escolar, elencado por outros fatores como o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, a relação da escola com as famílias e com as organizações sociais, colaboram não só para o sucesso do ensino, como para própria transformação da sociedade.

7.1 QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO E A GESTÃO ESCOLAR

A educação é um processo e prática social estabelecida e organizada mediante as relações sociais mais amplas. A escola tem se caracterizado como um espaço privilegiado por fomentar discussões e possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico de seu alunado. Sua função social é mediada pelo compromisso com a formação de cidadãos que atendam as demandas atuais, assegurando o fortalecimento dos valores de solidariedade, no aprimoramento de competências e habilidades essenciais para a convivência democrática.

A dinâmica social impõe a unidade escolar um estado de alerta na realização de seus objetivos e no desenvolvimento de sua função, devendo, pois estar muito além do desenvolvimento intelectual. É um processo minucioso que deve abarcar toda formação humana e social da pessoa.

Quando se trata de educação inclusiva sua função social implica estrategicamente um movimento de mudanças, de reformulações e quebras de paradigmas que implicam transformações tanto na sociedade como na sua forma de organização. Para isso a unidade de ensino deve desenvolver um trabalho comprometido com a diversidade e com o fortalecimento de competências e particularidades de cada um. Solicitando sempre o apoio da comunidade na ampliação e sustentação de suas práticas.

Mudar o olhar da sociedade para com o deficiente significa possibilitá-lo a experimentar novas experiências, romper barreiras humanas ressignificando o próprio desenvolvimento humano. Quando alcançar este feito a função social da escola terá rompido com essa cultura de um olhar digno de piedade e de improdutivo diante da Pessoa com Deficiência.

Pensar em educação é planejar e empreender a construção de um alicerce necessário ao caminho do desenvolvimento da sociedade. No contexto desafiador no qual a escola encontra-se inserida é exigido mudanças conscientes na reconstrução de paradigmas educacionais, o que significa sempre um grande desafio à proposta pedagógica. Para tanto, Lück (2009) destaca que para estar à frente da educação escolar é imprescindível o conhecimento da realidade para tomada de ações coerentes tanto dentro como fora da escola.

Como consequência, para trabalhar em educação, de modo a atender essas demandas, torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenha as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola. No contexto dessa sociedade, a natureza da educação e as finalidades da escola ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica e, em consequência, o trabalho daqueles que atuam nesse meio. (LÜCK, 2009, p. 16).

A qualidade social da educação parte do princípio da igualdade de condições e acesso no respeito à diversidade e ao tempo de cada um no processo de aprendizagem. Para o alcance da qualidade social é exigido a participação democrática, a superação das desigualdades e injustiças sociais dentro do processo de ensino.

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas. (SILVA, 2009, p. 225).

A educação enquanto direito fundamental de todos assegurado pela Constituição Federal, para ser democrática deve mediada por 3 pilares básicos: relevância, pertinência e equidade. Relevante no sentido de promover uma aprendizagem significativa, suprindo as exigências sociais de sua época e atingindo o desenvolvimento pleno de seu público. Pertinente no atendimento as necessidades e especificidades dos alunos em seus mais variados contextos sociais. E equitativa por estar empenhada em garantir a igualdade de condições ao mesmo tempo em que busca abolir as desigualdades historicamente construídas, assegurando a todos o acesso e permanência no contexto escolar.

Lück (2009) exemplifica de forma clara e precisa os princípios e caminhos da qualidade social da educação, que segundo a autora se resume em: princípio da inclusão; princípio democrático; princípio do desenvolvimento; e princípio da educação contínua.

Capacidade que a escola apresenta de atender bem a todos os seus alunos, respeitando e considerando as diferenças que apresentam (princípio da inclusão), promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas (princípio democrático), que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigentes (princípio do desenvolvimento) e de dar continuidade permanente aos seus estudos (princípio da educação contínua). Essa qualidade social tem valor agregado na medida em que a escola é aberta à comunidade, servindo com base para a sua expressão e desenvolvimento social, cultural e educacional. (LÜCK, 2009, p. 142).

As inquietações em torno da perspectiva social da educação provoca uma reflexão de atitudes e no desenvolver do trabalho pedagógico frente ao compromisso com a aprendizagem dos alunos, buscando uma superação da dicotomia entre teoria e prática. Entendendo,

portanto, que o fenômeno educativo não é uma realidade pronta e acabada que se pode conhecer de forma única e precisa.

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores. (LÜCK, 2009, p. 16).

Cabe também ressaltar que não basta à escola dispor de objetivos que visem à apropriação do conhecimento por parte de todos, é necessário criar estratégias eficientes e adequadas as suas intenções, como a criação e estruturação de projetos educativos transformadores e inovadores que contemplem a totalidade de seu alunado dentro e fora dela.

Mantoan (2015, p. 66) destaca que

Uma escola distingue-se por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios para conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto político-pedagógico.

A boa qualidade da educação está diretamente ligada ao trabalho da gestão escolar e de todos que estão envolvidos direto ou indiretamente no processo de ensino. Mas é a partir da regência adequada do trabalhado do gestor que haverá a garantia da escola enquanto espaço de aprendizagem. Lück (2009, p. 134) salienta que

A responsabilidade do diretor escolar pela gestão da escola representa a responsabilidade pela qualidade do processo e, portanto, pela rede de comunicação e relações interpessoais que ocorrem na comunidade escolar, de modo a orientá-la, a fim de que represente fenômenos sociais de natureza educacional e produtivos na promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

Nessa perspectiva conhecer bem o meio, possuir os conhecimentos, as competências e habilidades necessárias ao cargo de liderança são princípios importantes na condução do espaço escolar.

Em entrevista a diretora da Unidade Educacional Professor Luiz Rêgo a mesma destacou que busca desenvolver um trabalho com base “no diálogo, aproximação, transformando o espaço em um ambiente familiar, com amor e responsabilidade. Trabalhando com harmonia e cuidado”. (DIRETORA). Contudo, é cabível destacar que para alcançar um ensino de qualidade o gestor deve cercar-se de uma equipe competente e com ela estabelecer um processo de gestão colegiada, com a implementação de planejamento e estratégias abertas a inovações sempre com foco no sucesso dos alunos.

Tem-se um ensino de qualidade baseado em condições de trabalho pedagógico que implicam formações de redes de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na cooperação, na colaboração, no compartilhamento do

processo educativo com todos os que estão direto ou indiretamente nele envolvidos. (MANTOAN, 2015, p. 66).

Tendo em vista o desenvolvimento de um ensino de qualidade pautados na cooperação e colaboração como bem afirma Mantoan, procurou-se saber como a unidade de ensino organiza o desenvolvimento do processo educacional de forma harmônica e equilibrada a serem trabalhados com seu corpo discente, tendo em vista a vinculação destes conteúdos à função social da escola. Segundo a Diretora, “o processo educacional desenvolvido na unidade de ensino é pensado e planejado de forma real, de acordo com a realidade do público que a escola atende, proporcionando assim, uma educação de qualidade”. Nessa perspectiva Dourado (2006, p. 26) concorda que “o projeto de educação a ser desenvolvido nas escolas tem de considerar, portanto, os diferentes segmentos sociais que a compõem, bem como buscar a explicitação de sua identidade social, articulando-se com a realidade”.

Dentro da concepção de qualidade social da educação o papel do professor também é primordial no desencadeamento de ações e na própria resignificação do espaço escolar. Dessa forma a sua formação inicial e continuada é de fundamental importância para qualidade da educação. A Diretora define a formação continuada como uma “necessidade e realidade”. Na sua gestão busca incentivar a formação continuada de seu corpo docente. Segundo a mesma os cursos de formação disponíveis são informados a escola pela Unidade Regional de Educação- URE, ficando a cargo da diretora repassar as informações para o seu quadro docente.

O papel da educação é contribuir para a formação dos indivíduos, para isso a escola deve organizar e planejar a seleção de conteúdos que visam o amplo desenvolvimento de seu corpo discente de forma sistemática levando em consideração os problemas postos pela prática social. Na organização dos conteúdos para o alcance destes objetivos a professora destaca que ocorre com base nas orientações de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes estaduais.

Os conteúdos são selecionados seguindo a BNCC e as Diretrizes do Estado do Maranhão, focando a formação integral dos discentes e são trabalhados em aulas expositivas, com atividades práticas de fixação da aprendizagem, trabalhos participativos e projetos pedagógicos. (PROFESSORA).

Uma abordagem pedagógica que contempla os interesses e as necessidades populares colabora para a transformação da sociedade. O desenvolvimento de uma prática pedagógica que busca compreender a realidade de seu alunado torna a educação construtiva e significativa, tornando o aluno cada vez mais consciente de sua autonomia social.

A professora ressalta ainda que essa forma de organização dos conteúdos ocorre contextualizada com o currículo educacional da instituição visando auxiliar o aluno no desenvolver de suas capacidades físicas, cognitivas, ética, estética e nas relações interpessoais, assegurando as aprendizagens estabelecidas pelas Políticas Nacionais de Educação, mas ao mesmo tempo em que se identifica com a realidade local. “Sim, toda organização curricular segue as normas estabelecidas pelas Políticas Nacionais de Educação, BNCC e Diretrizes Educacionais do Estado do Maranhão, tornando a aprendizagem em um processo significativo para o aluno”. (PROFESSORA).

Libâneo (2007, p. 44) enfatiza que

Proporcionar ao aluno uma aprendizagem significativa supõe da parte do professor conhecer e compreender motivações, interesses, necessidades de alunos diferentes entre si, capacidade de comunicação com o mundo do outro, sensibilidade para situar a relação docente no contexto físico, social e cultural do aluno.

A sala de aula é um espaço rico e diversificado. Nela se compõe as mais variadas características refletindo a identidade cultural do nosso país. Diante disso é meramente importante que o professor na realização de sua prática pedagógica ofereça recursos, instrumentos que auxilie na compreensão e reflexão da realidade local a qual a escola se encontra inserida, promovendo assim, a identidade cultural de seus alunos. Quando questionada se desenvolve projetos que contemple e reflita a identidade cultural a profissional responde que sim destacando os mais importantes.

Sim. Gosto de realizar projetos interdisciplinares com os alunos que visam desenvolvimento de habilidades artísticas, cognitivas e culturais, contextualizados com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Dos projetos já realizados nos últimos anos, destaco dois deles: Sarau Centenário, em homenagem ao Centenário de Balsas, com produções e apresentações de poesias, músicas, teatro e artes plásticas sobre a cidade, realizadas pelos alunos de toda a escola e com culminância

festiva na escola; e o CineLiterArte, produções de curta-metragens de obras literárias estudadas com exibição para alunos, professores e convidados e premiações aos melhores. (PROFESSORA).

As metodologias de ensino são mecanismos importantes que determinam os meios para alcançar os objetivos da prática educativa, sendo esta determinada pela relação objetivo-conteúdo. Para tanto, a seleção de conteúdos a serem trabalhados devem levar em consideração dois pontos importantes: a relevância social e a contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno, uma vez que é através deles que os propósitos da escola se realizam.

7.2 INCLUSÃO NA PRÁTICA

A escola desempenha um papel fundamental no desígnio político de adaptações que levem em conta as necessidades especiais da inclusão. Um dos principais papéis da

educação é promover o respeito às diferenças, aumentando o nível de conhecimento e desenvolvendo habilidades, na formulação de diferentes pontos de vista e em atitudes integradoras, proporcionando assim, um acolhimento e respeito às diferenças predominantes na sociedade, que conseqüentemente reflete no contexto escolar.

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar sem tensões, competições, com espírito solidário e participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas salas, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. (MANTOAN, 2015, p. 66-67).

A educação inclusiva deve ser compreendida como um processo social onde todos independente de sua condição física, social e intelectual têm direito de participar do ensino regular comum. A Diretora coloca que a educação inclusiva é, portanto, “uma educação que inclui, acompanha, que trata todos os alunos de forma igualitária, possibilitando-lhes as mesmas oportunidades para que possam aprender”. “A inclusão implica pedagogicamente a consideração da diferença, em processos educacionais iguais para todos”. (MANTOAN, 2015, p. 83).

Educar é interagir, é agir com o outro, o que acarreta necessariamente a transformação dos sujeitos envolvidos nas interações, mediante isso, o contexto escolar é favorável à construção da cidadania, uma de suas principais intencionalidades é proporcionar uma educação para convivência democrática, formar pessoas com atitudes sociais que saibam respeitar, considerar diferentes pontos de vista e sentimentos, respeitando as diversidades e as diferenças. Quanto ao papel da educação a educadora ressalta que

É por meio da educação que as pessoas estabelecem relações, aprendem através da convivência diária a respeitar as diferenças existentes entre os alunos, a seguir normas que são estabelecidas na escola e na sociedade, aprendendo valores relevantes à sua formação cidadã e pessoal. (PROFESSORA).

Contudo, o espaço escolar por proporcionar um encontro de diferentes culturas e que envolve diferentes realidades, conseqüentemente pode acarretar entre seu público, atitudes prejudiciais à diversidade social como o preconceito e a discriminação. No entanto, a escola como espaço democrático, de aprendizagens, de mudança e de reflexão deve desenvolver uma cultura de valorização da diversidade, do respeito, das relações e da convivência principiada pela educação. Visando superar e combater atitudes nocivas à professora entrevistada revela que busca coibir, reprimindo todo e qualquer tipo de manifestação preconceituosa.

Qualquer prática preconceituosa e ofensiva que venha acontecer no âmbito escolar deve ser coibida. O respeito pelas diversidades em todas suas esferas (social, religiosa, gênero...) é uma das normas primordiais para a boa conduta do aluno, quando infringida resulta em alertas e punições pela gestão escolar. (PROFESSORA).

É importante destacar que a escola diante de situações adversas não é ideal tomar uma postura doutrinária. Para tanto, é necessário trabalhar com atitudes mais impactantes e significativas buscando sempre debater o assunto de forma positiva, promovendo a compreensão das semelhanças e das diferenças existentes em cada ser. Fávero, Ireland, Ferreira e Barreiros (2009) acrescentam que para o combate de atitudes preconceituosas dentro do universo escolar é preciso que a unidade desenvolva ações de conscientização não só de seu alunado, mas da comunidade em geral.

O combate à discriminação de pessoas com deficiência no espaço escolar só será possível através de ações pedagógicas participativas que privilegiem as vozes daqueles que as experienciam: os próprios estudantes e suas famílias. Essas ações devem ter como objetivo a conscientização da comunidade escolar e o seu envolvimento como um todo no processo de construção da cultura inclusiva, a partir da qual os membros da comunidade passam a acreditar e a compreender as razões pelas quais todos (as) devem ser igualmente valorizados, reconhecidos como iguais, procurando apoiar-se mutuamente, colaborar entre si e, acima de tudo, encontrar as mesmas oportunidades de formação humana, de aprendizagem e de participação na vida escolar (incluindo a sala de aula e o acesso ao currículo), a fim de poderem no futuro ter chance de se tornarem cidadãos ou cidadãs ativos(as) e produtivos(as) na vida adulta. (FÁVERO, IRELAND, FERREIRA, BARREIROS, 2009, p. 50).

A educação é um mecanismo de transformação social. Contudo, com atitudes certas é possível transformar a sociedade e contribuir para a construção de uma sociedade igualitária.

Quando a educação social atingir seus objetivos a educação escolar terá desempenhado bem seu papel que é contribuir para a formação de personalidades de sujeitos críticos, ativos e reflexivos, com valores sólidos, tornando-o agente propagador da valorização e respeito às diferenças.

7.3 PREPARAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PCD PARA O MERCADO DE TRABALHO

A boa formação escolar é uma exigência para adentrar o mercado de trabalho. O papel da escola na vida e na formação dos indivíduos é primordial no desenvolvimento de competências, potencialidades e habilidades necessárias para garantir a empregabilidade. De acordo com a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN em seu cap. II **Art. 22.** “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996).

No contexto da educação inclusiva uma formação de qualidade é elemento crucial para o desenvolvimento de qualificações requeridas no setor trabalhista e na transformação do cenário de exclusão. Mantoan (2015, p. 73) explica que “para ensinar com qualidade e segundo a perspectiva inclusiva, é preciso garantir ao aluno de qualquer ano/nível de escolarização uma formação que lhe assegure passar do mundo familiar para o público”.

Diante da necessidade de formação e qualificação da Pessoa com Deficiência que lhe assegure passar do mundo familiar para o público, sobretudo, para o mundo do trabalho é importante que as unidades de ensino busquem através da prática pedagógica, qualificar seu corpo discente para ingressar no mercado de trabalho, com uma proposta pedagógica com foco na construção de itinerários formativos, na formação comportamental de atitudes requeridas dentro do ambiente formal de trabalho, trabalhando a formação do ser no desenvolvimento de aptidões, habilidades primordiais ao ambiente trabalhista.

Para que a escola atinja seu objetivo, ou seja, possibilitar que a pessoa com deficiência tenha condições de ir para o mercado de trabalho, ela precisa rever seu currículo e oferecer conhecimentos que auxiliem esse momento da vida. Acreditamos que a terminalidade da educação ocorre, idealmente, com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e no meio social. (MIRANDA, GALVÃO FILHO, 2012, p. 428).

No alcance destes objetivos, na escola analisada a Professora diz que busca trabalhar no desenvolvimento das práticas de inclusão para o mercado de trabalho “auxiliando na formação intelectual que será necessária para o ingresso no mercado de trabalho, bem como no nível superior”. (PROFESSORA). Para isso ela ressalta ainda que além de promover a formação intelectual, procura motivá-los a lutarem pelos seus sonhos e seus direitos.

Educar para o mundo do trabalho atual é conseguir valorizar os aspectos pessoais, centrando no potencial e não na deficiência e, especialmente, entender que o participante da educação profissional inclusiva terá oportunidade de ir para um mercado de trabalho que também é inclusivo e que, normalmente, não possui repartições identificadas pela deficiência e, sim, pela competência individual. (MANICA, CALIMAN, 2015, p. 81).

Outro ponto que se faz importante é a reflexão da própria unidade de ensino sobre o seu conhecimento e suas ações na realização e transformação de seu entorno. “A escola e sua equipe profissional também precisam repensar essa realidade para que esse momento da vida dos indivíduos, particularmente dos indivíduos com deficiência, façam realmente sentido para a etapa seguinte da vida, ou seja, o mercado de trabalho”. (MIRANDA, GALVÃO FILHO, 2012, p. 426). A escola deve organizar seu currículo e desenvolver metodologias que fomente e estimule a formação integral de seus alunos, respeitando suas especificidades e priorizando seu desenvolvimento integral.

É importante acrescentar que a escola é um órgão importante na vida da PcD não apenas por lhe proporcionar ensino aprendizagem, mas por contribuir para o seu desen-

volvimento social e profissional. Quando a escola desenvolve com responsabilidade e compromisso sua função estará garantindo que estes alunos sejam profissionais de sucesso.

A escola enquanto instituição que produz cultura essencial ao desenvolvimento e transformação da sociedade, deve ser uma entidade autônoma e deve buscar estabelecer parcerias com comunidade a qual está inserida a fim de estreitar os laços e agregar valores as suas relações. De acordo com Lück (2009, p. 79).

Uma parceria consiste, portanto, num arranjo bilateral de apoio e suporte mútuos entre escola e profissionais, organizações, pais e empresas, frequentemente na forma de um contrato escrito, no qual os parceiros se comprometem a realizar objetivos específicos e atividades dirigidas a beneficiar a escola, seus processos educacionais e alunos.

As parcerias são muito importante por oferecer suporte as mais variadas ações a ser desenvolvidas pela unidade de ensino, auxiliar na implementação da prática do contexto educacional, e também como forma de promover a formação integral dos alunos e melhorar suas qualificações.

Por meio dessas parcerias, a sociedade demonstra aos alunos o seu compromisso com a educação e a importância que atribuem a esse processo, dessa forma criando para eles não apenas melhores condições de aprendizagem, mas também uma mensagem da importância desse processo. (LÜCK, 2009, p. 79-80).

Diante da importância da parceria escola e comunidade buscou-se conhecer se a Unidade de Ensino Professor Luiz Rêgo tem organizado suas práticas na busca de promover a inclusão e a participação de seus educandos em relações sociais amplas e diversificadas, partilhada com a comunidade local. Ao responder essa questão a professora ressalta que há uma preocupação no atendimento especializado a Pessoas com Deficiência na promoção da inclusão, contudo, restritas ao interior da unidade escolar, sugerindo melhorias, sobretudo na contratação de mais profissionais capacitados para que haja efetivamente a inclusão em sua totalidade.

Quanto ao desenvolvimento de projetos que visam à aproximação entre sociedade e escola levando em consideração o processo de inclusão, a mesma ressalta que a pandemia fortaleceu os vínculos dos pais com a escola e citou um projeto desenvolvido pela unidade que vai além dos muros da escola.

No contexto atual da educação à distância essa aproximação tem se tornado mais difícil, porém fortaleceu-se o vínculo com a família na busca pela aprendizagem, pais realizando papéis de professores em parceria com a escola para a inclusão do aluno no novo formato educacional. Durante o período das aulas presenciais (antes Pandemia) a escola desenvolveu projetos de inclusão: Setembro Azul, visando incluir de forma efetiva os alunos portadores de necessidades especiais à vida escolar e social. Evento aberto ao público e profissionais da educação ocorridos no mês de Setembro, mês dedicado aos Surdos, sob organização do Professor/ Intérprete Rennan Alberto Barroso. (PROFESSORA).

É importante salientar que para o estabelecimento de parcerias com a comunidade é importante à criação de projetos que envolvam a escola e setores da sociedade. Esses projetos devem definir e demonstrar as reais necessidades a serem suprimidas. “Parcerias bem sucedidas possuem objetivos e metas bem definidos e mutuamente acordados”. (LÜCK, 2009, p. 79).

No que condiz ao estabelecimento de parcerias empresariais a Diretora ressaltou que a unidade de ensino já dispôs de parcerias com empresas importantes como o BASA-Banco da Amazônia S/A, mas que hoje a escola encontra-se sem associações. A mesma relata ainda a dificuldade de inclusão do deficiente no mercado de trabalho oriundos da própria família que assume um papel de protecionismo exacerbado.

Diante de situações de protecionismo dos pais, Ramos (2016) propõe que a escola desenvolva um trabalho de conscientização fortalecendo os laços de confiança com a família e esclarecendo as práticas inclusivas dentro e fora da escola.

A conscientização da inclusão é também um trabalho que deve ser feito com os pais dos deficientes. O medo, a vergonha e a superproteção são os principais sentimentos que fazem as famílias das crianças com deficiência terem atitudes anti-inclusivas. Nesses casos, a escola precisa fortalecer os laços de confiança, garantindo que o deficiente não será discriminado ou passará por qualquer tipo de violência dentro da instituição. (RAMOS, 2016, p. 42).

Nesse caso é importante destacar que cabe a unidade de ensino pensar e desenvolver projetos de conscientização com as famílias e com a sociedade em relação à deficiência, desmistificando fatos e inverdades, enfatizando que o deficiente pode sim possuir uma autonomia pessoal e profissional, exercer e desempenhar importantes papéis sociais.

Certamente se as escolas dispusessem de parcerias com empresas e contasse com o apoio familiar o cenário de inclusão da PcD no mercado de trabalho seria diferente do que vivenciamos hoje, a escola desempenharia de fato sua função social no combate as desigualdades e na promoção da igualdade de direitos e na preparação do indivíduo para o exercício autônomo de sua cidadania.

7.4 PERFIL E CONSIDERAÇÕES DA ALUNA ENTREVISTADA

A Aluna entrevistada possui Deficiência Intelectual, tem 18 anos, está cursando o 3º ano do ensino médio e sonha em ser agrônoma. O desejo em cursar Agronomia surgiu em suas relações familiares que dispõe de pessoas ligadas ao agronegócio.

Segundo o Decreto nº 5.296 a deficiência intelectual antigamente denominada deficiência mental, refere-se ao:

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1- comunicação; 2- cuidado pessoal; 3- habilidades sociais; 4- utilização dos recursos da comunidade; 5- saúde e segurança; 6- habilidades acadêmicas; 7- lazer; e 8-trabalho. (BRASIL, 2004).

A pessoa que possui deficiência intelectual apesar das dificuldades que apresentam na resolução de problemas, na compreensão de ideias abstratas e até mesmo no estabelecimento de relações sociais, possui como qualquer outra, habilidades e potencialidades que com acompanhamento adequado conseguem se desenvolver. De acordo com Batista e Mantoan (2006, p. 12) “a deficiência mental coloca em xeque a função primordial da escola comum que é a produção do conhecimento, pois o aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola”.

A aluna relata que começou trabalhar muito cedo em atividades informais como babá e doméstica. Hoje não está trabalhando devido aos estudos e outros compromissos como o Atendimento Educacional Especializado que ocorre uma vez na semana e seu acompanhamento psicológico. Quando questionada sobre as possíveis dificuldades encontradas no processo de inclusão, a mesma relata não ver dificuldades, devido ser uma pessoa muito esforçada e dedicada e também por que acredita que sua deficiência não é algo tão “visível”.

Acredita que a escola tem um papel fundamental na vida das pessoas por proporcionar o conhecimento. A mesma já vem se preparando para prestar o ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio no final do ano para adentrar um curso superior.

A colocação no mercado de trabalho formal é um grande desejo da aluna, no entanto, o compromisso com os estudos tem mais relevância. Caso não consiga se dedicar a Agronomia a mesma tentará conciliar os estudos com o trabalho. A Agronomia sendo período integral extingue a possibilidade de conciliação.

No seu ponto de vista a escola em que estuda vem trabalhando para o desenvolvimento e ampliação das práticas de inclusão promovendo o acolhimento e a igualdade de oportunidades. A exemplo disso, a mesma citou ser suplente ao cargo de presidência da sala, ressaltando não haver qualquer forma discriminatória ou de exclusão que a mesma possa sofrer. Exceto pelo fato de seus colegas reclamarem que a mesma tenha que realizar as provas na sala do AEE.

Participar de atividades colegiadas ou qualquer outra que faça o aluno com deficiência assumir um cargo superior ou assumir uma postura notável é importante por provocar mudanças de concepções e até mesmo de autoestima. Batista e Mantoan (2006, p.

13) ressalta que “as práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversidade de atividades”.

Para uma inclusão efetiva do aluno com deficiência intelectual é necessário conhecer as dificuldades e as potencialidades proporcionando sempre experiências agradáveis dando sentido a seu aprendizado. Batista e Mantoan reforçam que “a liberdade de criação e de posicionamento autônomo do aluno diante do saber permite que sua verdade seja colocada, o que é fundamental para os alunos com deficiência mental. Ele deixa de ser o ‘repeteco’, o eco do outro e se torna um ser pensante e desejante de saber”. (2006, p. 20).

A aluna mostrou-se ser uma pessoa muito empática, responsável e extremamente dedicada, características que ela mesma faz questão de ressaltar. Preza muito pelo respeito ao próximo repudiando toda manifestação de desprezo e discriminação. Para ela a sociedade será um lugar melhor quando os governantes exercerem com responsabilidades funções.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educativo é compreendido como uma prática social cuja finalidade é o desenvolvimento do ser humano em suas dimensões biológica, psíquica e espiritual. Entretanto, a educação não se restringe a mera tarefa de instruir ou transmitir conhecimento. A educação abrange processos formativos que se desenvolvem em todas as relações e instituições da sociedade. Contudo, a responsabilidade de acesso e permanência dos indivíduos na escola é da sociedade civil como um todo.

A escola é uma instituição primordial para a sociedade. Sua função social é assegurar aos alunos competências, habilidades, atitudes e valores indispensáveis às relações para convivência democrática. Tornando-os também, capazes de participarem e interferirem ativamente do mundo na cultura, na arte, na dinâmica das relações de forma a contribuir de maneira positiva para a transformação do meio. Para alcance desses objetivos a escola precisa assegurar a realização de atividades que possuem relação com todos os aspectos que envolvem sua tarefa maior: a qualidade da educação.

A educação hoje encontra-se diante de um grande desafio o da ressignificação de suas práticas frente essa realidade social e educacional excludente. Diante disso, a educação inclusiva precisa ser pensada como um movimento que revoluciona toda a educação e não apenas a educação de grupos considerados minoritários. Ou seja, um movimento que remete repensar a própria escola.

Repensar a escola implica um movimento de renovação pedagógica que objetiva alcançar o ensino a um patamar democrático real, uma vez que o direito a educação não se restringe ao acesso a escola. Pois, esta quando não garante a permanência e a produção de conhecimento pelo aluno, não garante o usufruto do direito a educação e da inclusão por parte do mesmo.

Para as transformações necessárias a educação escolar é importante que os profissionais pedagógicos tenham amplo conhecimento das questões que implicam o reinventar da educação, que vai desde o processo administrativo do cotidiano escolar a relações entre fenômeno educativo e movimento social.

A construção do conhecimento não pode ser pensada como ato individual. Logo, o conhecimento é oriundo da atividade humana marcada social e culturalmente. As interações sociais, embora complexas, são fundamentais na realização comportamental e profissional dos indivíduos e se apresentam como uma das mais importantes estratégias elencadas pelos professores para a promoção da aprendizagem, no desenvolvimento interpessoal e na agregação de valores.

Conhecer os avanços e regressos em torno da educação, sobretudo, da educação inclusiva é primordial para se entender a maneira como a sociedade está organizada. Apesar das conquistas muito ainda precisa ser feito na implementação e organização do ensino pautado em direitos, que garanta qualidade e equidade na aprendizagem de pessoas que há pouco tempo atrás sequer tinham o direito de frequentar uma sala de aula regular.

Este estudo demonstrou que para haver uma educação de qualidade é necessário que as escolas tenham uma proposta pedagógica que contemple e valorize as diferenças, ancorada por um conjunto de recursos e serviços organizacionais que atenda essas condições, constituídos sistematicamente para que possam apoiar, subsidiar e até substituir serviços educacionais comuns, garantindo o pleno atendimento das diferenças dentro da diversidade humana.

Esse conjunto de recursos condiz à organização do espaço e do tempo, da gestão administrativa, das relações estabelecidas com a comunidade e profissionais devidamente capacitados e comprometidos para atuarem na prática educativa respondendo as demandas atuais da educação. Para a qualidade social da educação na perspectiva inclusiva é imprescindível à construção de um currículo que torne a escola um espaço e um tempo de aprendizado, de socialização, de vivências culturais de formação e autonomia.

A parceria de organizações sociais com a instituição escolar é um elemento que sinaliza um estímulo ao processo educacional promovendo transformações no processo de ensino. O fortalecimento de parcerias também é importante por condicionar o pertencimento e estruturar os vínculos com a comunidade.

Através da pesquisa de campo realizada pôde-se perceber que uma das maiores dificuldades da inclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho é oriundo da superproteção das famílias que não permitem seus filhos participarem com naturalidade da vida em sociedade. No processo de inclusão é fundamental a aliança da escola com as famílias, uma relação que precisa ser pautada na cooperação e respeito mútuo.

Para aproximar as famílias ao universo escolar e estabelecer parcerias com outras organizações sociais da sociedade é importante que a escola desenvolva projetos que proporcione essa aproximação deixando de forma clara e transparente seus objetivos. Para transformação do olhar de como a Pessoa com Deficiência ainda é vista na sociedade e na superproteção das famílias, cabe à escola promover programas de conscientização, combatendo estereótipos e reforçando as habilidades e capacidades que os mesmos possuem.

Esses programas de conscientização devem ser alinhados ao objetivo maior da escola que é a qualidade da educação. Ajustando o processo de ensino aprendizagem e o desenvolvimento de atividades que não possuem relação direta com processo educativo, mas concorrem a torná-lo efetivo, propiciando as condições básicas para que ele se realize.

A educação inclusiva provoca uma revolução nos paradigmas educacionais vigentes, por preconizar uma escola para todos, garantindo a oportunidades de igualdades independente das peculiaridades que os sujeitos apresentem em seu desenvolvimento, proporcionando também repensar o próprio conceito de deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: a escola.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p. v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: 22 de Janeiro de 2022.

_____. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola.** -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia aplicada à análise da Economia Brasileira.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** 2. ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2022.

BORGES, Maria Célia. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos.** 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

BORTMAN, Daniela. et al. **A Inclusão de pessoas com deficiência: o papel de médicos do trabalho e outros profissionais de saúde e segurança.** - Curitiba, PR: ANAMT - Associação Nacional de Medicina do Trabalho, 2015.

BRASIL. **Portaria N.º 1.793, de dezembro de 1994.** Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Acesso em: 17 de Janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** –MEC: SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência física.** Brasília DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf. Acesso em: 01 de Março de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** -Brasília: 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192. Acesso em: 16 de Janeiro de 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. . Acesso em: 17 de Janeiro de 2022.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Diário Oficial da União**. –Brasília, DF, 24 out. de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 17 de Janeiro de 2022.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**. –Brasília, DF, 13 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 de Janeiro de 2022.

_____. Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991. **Diário Oficial da União**. –Brasília, DF, 24 de Julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 03 de março de 2022.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. –Brasília, DF, 19 dez. de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/_ato2015-2018/lei. Acesso em: 23 de Fevereiro de 2022.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 19 de fev. de 2022.

_____. **Decreto nº3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 19 de Janeiro de 2022.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 24 de Abril de 2022.

_____. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de setembro de 2009, seção 01. p. 17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/rceb004_09. Acesso em: 16 de Abril de 2022.

COELHO, Washington Luís Rocha. **Educação Especial**. –São Luís, [s.n], 2006.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. -6. ed. –Rio de Janeiro: Wak, 2016.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1º. ed. Tatuapé-SP: brasiliense, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. –Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

FAEC, Faculdade Euclides da Cunha. **Revista Olhares Docentes**. Curso de Pedagogia. -v. 3, n. 6 (Jul./ Dez. 2019). -Euclides da Cunha: FAEC, 2019.

FÁVERO, Osmar. FERREIRA, Windyz. IRELAND, Timothy. BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. - Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educacao_inclusiva/educacao_inclusiva_unesco_2009.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

FÁVERO, Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de Marillac P. MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. - São Paulo: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004881.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2022.

FERES JÚNIOR, João. CAMPOS, Luiz Augusto. DAFLON, Verônica Toste. VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa: conceito história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação Especial**. -Curitiba: InterSaberes, 2013.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. Os Direitos Humanos e a pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005-. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 24 de Março de 2022.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. CÉSAR, João Batista Martins. OLIVA, José Roberto Dantas. **O trabalho docente no mundo contemporâneo e a forma trabalhista**. -São Paulo: LTr, 2020.

FONTES, Rejane de Souza. **Ensino Colaborativo: Uma proposta de educação inclusiva**. - Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Marise Miranda. **O Orientador Educacional, o Mediador Escolar e a inclusão: um caminho em construção**. Rio de Janeiro: wak, 2014.

GUIADERODAS. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. 2020. Disponível em: <https://guiaderodas.com/inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 28 de Abril de 2022.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum**. Education, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/125135>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. -10. ed. -São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Michelle Pinto de. et al. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**. São Paulo, v. 14, n. 2, abr. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273673202_O_sentido_do_trabalho_para_pessoas_com_deficiencia. Acesso em: 13 de maio de 2021.

LOPEZ, Gonzalo. **Direitos da Pessoa com Deficiência**. 1.ed. [S.I]: Juspodivm, 2020.

LÜCK Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MANICA, Loni Elisete. CALIMAN, Geraldo. **A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente**. Brasília: Liber Livro, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232079>. Acesso em: 06 de Abril de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANZINI, Eduardo José. **Educação especial: temas atuais**. Marília: Unesp- Marília-Publicações, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. –São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, João Luís Nogueira. **Relações privadas, mercado e desenvolvimento nos 30 anos da Constituição de 1988**. -1. ed. –Fortaleza: Macuripe, 2018.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5°. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n. 33, p. 387-405, set/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. –Salvador: EDUFBA, 2012.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e mercado de trabalho: discursos e teorias**. –São Paulo: Unesp, 2006.

PARENTE, Cláudia de Matos Darós. VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do. MATTOS, Maria José Viana Marinho de. **A formação e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas**. Porto Alegre: Penso, 2015. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/A_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Professores_e_seus_Desaf/c-2MBAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Forma%C3%A7%C3%A3o+Docente&printsec=frontcover. Acesso em 14 de Mar. De 2022.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana. FURTADO, Adelaine Vianna. Inclusão no trabalho: A vivência de pessoas com deficiência intelectual. **Interação em Psicologia**, Curitiba, V.16, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/23012>. Acesso em: 03 de mar. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: Metodologia do Trabalho Científico Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico (etc.) (z-lib.org).pdf. Acesso em: 09 de Abril de 2022.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para educação a inclusiva**. 3. ed. –São Paulo: Summus, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. rev. e atual. –Curitiba: Ibplex, 2007.

SAMPAIO, Cristiane T. SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação Inclusiva: o professor mediando para a vida**. –Salvador: EDUFBA, 2009.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank**.- São Paulo : SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://apps.who.int/handle/9788564047020>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2022.

_____. Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**. Ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1º. ed. –São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Abádia da. **Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250024756_Qualidade_social_da_educacao_publica_alguas_aproximacoes. Acesso em: 16 de Abril de 2022.

STOBÄUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José mourião. **Educação Especial:** em direção a educação inclusiva. -2. ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

UNESCO. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência:** textos de referência para monitores de telecentros. – Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160012>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2022.

XAVIER, Silvia Cristina A. OLIVEIRA, Vera Lúcia Leite de. **Deficiência com eficiência:** dos direitos da Pessoa portadora de deficiência. -São Paulo: Editora OAB-SP, 2006. Disponível em: https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/gestoes2/2016-2018/defesa-direitos-pessoas-especiais/cartilhas/OAB_Cartilha_Deficiente.pdf. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

ZAQUEU, Livia da Conceição Costa. **Política Educacional Inclusiva I.** -São Luís: UFMA/NEaD, 2012.

SOBRE OS AUTORES

JESSICA DA CRUZ NOLETO

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão. Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela UNOPAR, atualmente cursando uma segunda pós- graduação em Educação Infantil com ênfase na Educação Especial, pela Universidade Norte do Paraná.

RENNAN ALBERTO DOS SANTOS BARROSO

Mestre em Educação Inclusiva (PROFEI-UNIFESSPA). Professor Efetivo da Secretaria de Educação do Maranhão(SEDUC-MA). Vinculado a Unidade Regional de Educação de Balsas-MA. Professor Substituto UEMA Letras/Libras do Departamento de EDUCAÇÃO Campus Balsas. Pesquisador do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP-UEPA) sobre a linha de Pesquisa Educação Inclusiva e Diversidade. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos: Políticas de Inclusão, Educação Bilíngue, Práticas Pedagógicas, Contextos de Ensino e Formação de Professores (GPES/UNIFESSPA). Especialista em Neurociências, deficiências Múltiplas e SurdoCegueira (PROMINAS); Alfabetização e Letramento (PROMINAS); Atendimento Educacional Especializado -AEE (FAVENI); Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (FACIBRA); Autismo (FAVENI) e em Neurolinguística (FAVENI). Graduado em Licenciatura Plena em Letras - LIBRAS pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduado em Licenciatura em Educação Física (UNOPAR) . Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, Formação de Professores, Alfabetização de Jovens e Adultos, Contação de Histórias para alunos Surdos, Ensino de LIBRAS como L1 e L2, Ensino de Língua Portuguesa L2 na modalidade Escrita para Surdos. Atuando principalmente nos seguintes temas: Contação de Histórias em Libras, Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação de Surdos, Alfabetização e letramento de jovens e adultos, AEE, Língua Brasileira de Sinais- Libras, Tradução e Interpretação da Libras e processos psicológicos no ensino e na aprendizagem.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A presente pesquisa tem como proposta levar o leitor ao entendimento de como ocorre à inclusão das Pessoas com Deficiência- PcD no mercado de trabalho, bem como sua preparação e mediação ao ato empregatício. Discorrendo sobre os avanços e os desafios da educação inclusiva no âmbito da formação e inclusão da PcD no mercado de trabalho. De forma mais detalhada, discutindo sobre o papel da escola na qualificação dessas pessoas, no processo de socialização e desenvolvimento individual na busca de potencializar suas capacidades.

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

